



Cristina Isabel Moreira da Cunha

As caixas de crédito agrícola e as
determinantes macroeconómicas do risco
de crédito

Relatório de estágio
Coimbra, Julho de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Cristina Isabel Moreira da Cunha

As Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e as Determinantes Macroeconómicas do Risco de Crédito

Relatório de Estágio de Mestrado em Economia, em Economia Financeira e Economia Industrial, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientadora: Prof. Dra. Fátima Sol

Fonte da imagem: <http://blog.ribpl.com.au/our-blog/bid/331360/A-look-at-general-risk-management>

Coimbra, 2015

Agradecimentos

No fim de mais uma etapa deixo um agradecimento a todos aqueles que contribuíram para o culminar deste momento decisivo.

Aos meus pais por me proporcionarem a possibilidade de frequentar o ensino superior e pelos sacrifícios que fizeram.

Ao H, pelo apoio incondicional e por sempre acreditar em mim. Gratidão!

Um agradecimento também à minha família muito próxima pela compreensão.

Gostaria também de agradecer aos elementos do CA com quem trabalhei, pela oportunidade de me poder enriquecer profissionalmente.

À minha orientadora, Professora Doutora Fátima Sol, pela disponibilidade e conselhos na elaboração deste relatório.

A todos um muito obrigado!

Resumo

É indiscutível a importância da gestão do risco de crédito no setor financeiro. Os impactos da crise financeira e da crise soberana que se seguiu (no caso português) realçaram o peso da influência das determinantes macroeconómicas no risco de crédito.

O presente relatório centra-se na discussão dessa influência. Para tal foi realizada uma revisão da literatura acerca do tema. Este relatório pretende também descrever e analisar criticamente o período de quatro meses de estágio.

O presente trabalho é organizado em cinco secções. A primeira secção introduz o tema, à qual se segue a segunda secção onde é elaborada a apresentação do Crédito Agrícola enquanto entidade de acolhimento.

A terceira secção relaciona-se com a descrição das atividades desenvolvidas ao longo do estágio. A revisão da literatura sobre as determinantes macroeconómicas do risco de crédito e a análise do crédito vencido da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega é apresentada na quarta secção. Finalmente, na quinta secção é efetuada uma avaliação crítica do estágio e são apresentadas as conclusões.

Palavras-chave: Risco de crédito, Variáveis Macroeconómicas, Crédito Malparado

Classificação JEL: E51, G21, C23

Abstrat

Management of credit risk is crucial to the financial system.

Financial crisis and portuguese sovereign debt crisis enhanced the influence of macroeconomic factors on credit risk.

This report is focused on discussion of this influences. A literature review about this theoretical theme was elaborated. After that, Crédito Agrícola, the institution where internship was realized is presented.

The third section describes the activities that I have done during the four months of internship. The credit risk literature review about macroeconomic determinants and Terras of Sousa, Ave, Basto and Tâmega non performing loans are analyzed on fourth section. An critical analysis and the findings are made on last section.

Keywords: Credit Risk, Macroeconomic Variables, Non performing Loans

JEL Classification: E51, G21, C23

Índice

Lista de Siglas.....	vi
Índice de Gráficos.....	vi
Índice de Quadros.....	vii
Índice de Tabelas.....	viii
Secção 1. Introdução.....	1
Secção 2 Apresentação da entidade de acolhimento.....	3
2.1. História do grupo	3
2.2. Enquadramento do grupo Crédito Agrícola no sector bancário.....	4
2.3. Enquadramento e História da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega.....	6
2.4. Caracterização atual da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega e no panorama nacional do Crédito Agrícola	6
Secção 3. Resumo e sistematização das tarefas desenvolvidas.....	9
3.1. Departamento Administrativo e Financeiro	9
3.2. Departamento de Análise de Risco de crédito	12
3.3. Departamento Jurídico	18
3.4 - Atividades realizadas ao Balcão	21
Secção 4. Revisão da literatura e análise do crédito vencido da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega	23
4.1. Revisão da literatura	23
4.1.1. Determinantes macroeconómicas do risco de crédito.....	25
4.1.2 Determinantes macroeconómicas e específicas do risco de crédito	29
4.1.3. Breve conclusão	33
4.2. Análise do crédito vencido da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega.....	34
4.2.1. Principais indicadores económicos do país.....	34
4.2.2. Evolução do Crédito concedido	36
4.2.3. Crédito Vencido da T.S.A.B.T.....	38
Secção 5. Considerações finais.....	40
5.1. Análise crítica do estágio e Conclusão	40
Bibliografia	42
Anexos	45

Lista de Siglas

AE – Agente de Execução

APB – Associação Portuguesa de Bancos

BdP – Banco de Portugal

CA – Crédito Agrícola

CCAM – Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

CCC – Conta Corrente Caucionada

DO – Depósito à Ordem

DP – Depósito a Prazo

FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

FGCAM – Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo

IES – Informação Empresarial Simplificada

ROA – Rendibilidade do Ativo

ROE – Rendibilidade dos Capitais Próprios

SICAM – Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo

T.S.A.B.T. – Terras de Sousa, Ave, Basto e Tâmega

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Indicadores macroeconómicos portugueses.....	36
Gráfico 2 - Crédito concedido pela T.S.A.B.T. entre 2009 e 2014.....	37
Gráfico 3 - Crédito e Juros Vencidos T.S.A.B.T.....	38
Gráfico 4 - Rácio de Crédito Vencido em crédito ao consumo e outros fins da T.S.A.B.T. face à zona Norte.....	39
Gráfico 5 - Rácio do Crédito Vencido das empresas da T.S.A.B.T. face à zona Norte.....	40

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Ranking Nacional 2014 (média tendo por base o universo das 82 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas).....	8
--	---

Índice de Quadros

Quadro 1 – Resumo da literatura determinantes macroeconómicas.....	30
Quadro 2 – Resumo da literatura determinantes macroeconómicas e específicas.....	35

Índice de Anexos

Anexo I

Figura I.I – Organograma geral do CA.....	45
Figura I.II – Organograma T.S.A.B.T.....	46
Figura I.III – Figura 3 - Distribuição geográfica da agências.....	47

Anexo II

II.I – Conceitos úteis para as análises de crédito realizadas.....	47
II.II – Análise Económico- financeira de uma empresa.....	46
Imagem II.I – Elementos de apoio ao exemplo da análise económico- financeira.....	48

Anexo III

Gráfico III.I – Rácio crédito vencido à habitação da T.S.A.B.T. face à zona Norte e a Portugal.....	5
---	---

Secção 1. Introdução

A decisão de realização de estágio proveio da ponderação de vários fatores, nomeadamente da conjuntura macroeconómica atual e da elevada taxa de desemprego que a caracteriza. Nesse sentido procurou-se aliar a elaboração de um trabalho teórico, em que são desenvolvidas técnicas e conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico, com a aquisição de conhecimentos específicos, que apenas se alcançam através de um forte contacto com a vida profissional.

É reconhecido que o setor bancário tem um papel crucial na economia. Em 2012, segundo um estudo da Associação Portuguesa de Bancos (APB), o peso dos ativos totais do setor bancário face ao PIB situava-se próximo dos 300% (APB 2013), o que revela que o setor é um dos pilares da economia portuguesa. Sendo assim, o estágio é realizado numa instituição de crédito sendo que esta escolha se prendeu justamente com a importância do setor bancário na economia e com a sua capacidade de repercutir nesta o estado da sua saúde financeira.

O estágio foi dividido em três fases abrangendo a área administrativa e financeira, o departamento de auditoria interna e a análise de risco de crédito. No trabalho realizado ao longo do estágio procurou-se desenvolver capacidades relacionadas com a familiarização dos movimentos contabilísticos da banca, bem como ter conhecimentos acerca dos instrumentos financeiros e dos reportes obrigatórios.

Da análise de risco de crédito depende, em grande medida, a solidez de uma instituição de crédito, podendo esta ser, ou não, favorável, dependendo das diretrizes que os decisores da instituição seguem.

Tomando por base precisamente o fato de que uma das componentes do estágio é a análise de risco de crédito, e dada a incontornável crise financeira que se vive desde meados de 2008, e que em Portugal, à crise financeira se segue uma crise da dívida soberana, (que afeta as condições com que os bancos, empresas, etc. se deparam) é importante identificar as condições macroeconómicas que determinam as alterações nos devedores.

Apesar de o sistema bancário conseguir detetar o nível de risco de incumprimento de um determinado cliente, esse nível de incumprimento altera-se, ou pode alterar-se no futuro, devido a vários fatores alheios ao próprio cliente, incluindo mudanças nos fatores macroeconómicos.

Na literatura usualmente são identificados dois tipos de fatores que podem influenciar o risco de crédito: os fatores específicos do devedor, que afetam não sistematicamente o risco de crédito, e os fatores macroeconómicos que o influenciam sistematicamente. Tendo em conta a relevância dos fatores macroeconómicos no risco de crédito, e tendo por base que a realização do estágio se insere numa Instituição de Crédito (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo) o estímulo para o aprofundar deste tema e das suas consequências é amplificado.

A componente do estágio sobre a qual o desenvolvimento teórico será baseado será a análise de risco de crédito. Neste departamento de análise do risco de crédito, foram elaboradas análises de propostas de crédito. Aqui pretende-se compreender qual a informação necessária e adequada à análise de risco, bem como fazer uso de indicadores que permitam fazer a análise económico-financeira da empresa/particular em questão, permitindo posteriormente uma tomada de decisão. Assim, tendo por base as tarefas realizadas nesta componente, procura-se dissecar a influência dos desenvolvimentos macroeconómicos no risco de crédito. Existe um particular interesse no estudo do caso português. É um país relativamente pouco estudado, e enfrenta dificuldades económicas, sendo um dos mais severamente atingidos pela recente crise financeira e posterior crise de dívida soberana.

Neste sentido, foi realizada uma revisão da literatura sobre a questão das determinantes macroeconómicas do risco de crédito

O presente trabalho é organizado em cinco secções, a primeira e segundas secções dizem respeito à exposição do tema e apresentação do Crédito Agrícola enquanto entidade de acolhimento.

A terceira secção foca-se na descrição das atividades desenvolvidas ao longo do estágio. Segue-se a quarta secção que consiste na revisão da literatura sobre as determinantes da análise de risco de crédito e ainda uma breve análise do crédito vencido da T.S.A.B.T. Na quinta e última secção, é efetuada uma avaliação crítica do estágio e apresentadas as conclusões.

Secção 2 Apresentação da entidade de acolhimento

2.1. História do grupo

De acordo com a bibliografia existente acerca do grupo Crédito Agrícola, (Crédito Agrícola, 2011) a história da qual as caixas de crédito agrícola são naturais herdeiras começa a escrever-se no momento em que, por iniciativa da D. Leonor e do Frei Miguel Contreiras, surgem as Santas Casas da Misericórdia. São estas que em 1498, consagram o apoio ao desenvolvimento da agricultura, assumindo como actividade própria a concessão de empréstimos aos lavradores. Estas visavam colmatar a carência de ajuda à população das lavouras.

Com o passar dos anos, o acesso aos meios de produção torna-se mais fácil e, nomeadamente o acesso a sementes e ao capital.

Neste sentido emergem, criados por Dom Sebastião, os Celeiros Comuns. Estes caracterizavam-se por serem casas especializadas no crédito de sementes e outros cereais, dos quais, em anos de fraca colheita os agricultores se valiam, obtendo assim os recursos necessários em operações de juro fixo, com reembolso e juros pagos em géneros. Quando necessário, isto é, quando as colheitas eram fartas, funcionavam também como armazém.

Os Celeiros Comuns começam a proliferar e em 1852 passam a ser administrados exclusivamente pelas câmaras municipais. Neste momento o dinheiro passa a substituir os géneros no reembolso dos empréstimos.

Contudo, após a implementação da República os Celeiros Comuns são extintos devido a vários factores adversos como más colheitas, juros elevados e exigência de hipotecas.

Em Março de 1911, escassos meses depois da implantação da República, nasce o Crédito Agrícola.

Nos anos 20, o número de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo aumentou. Contudo, a crise bancária e económica que decorreu nos anos 30, provocou um abrandamento no ritmo da evolução e a consequente passagem das Caixas para a tutela da Caixa Geral de Depósitos.

As mudanças que o sistema político português sofreu, nomeadamente a partir de 1974, fez com que as Caixas que existiam lutassem para se autonomizarem, e expandirem, à luz do modelo de desenvolvimento do crédito agrícola mútuo que já se assistia em muitos países europeus.

Esse movimento acabaria por originar a fundação, em 1978, da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM), cuja finalidade é o apoio e representação das caixas associadas dentro e fora do território nacional.

Já em 1982, é publicado o Decreto-lei que confere um Regime Jurídico Específico para o Crédito Agrícola Mútuo, deixando assim as Caixas de estar sob alçada da Caixa Geral de Depósitos.

Naturalmente esta alteração favoreceu a significativa expansão do Crédito Agrícola no período que se seguiu. Pouco tempo depois é constituída a Caixa Central.

Com o decorrer do tempo o Crédito Agrícola (CA) começou a diversificar a sua oferta a clientes nomeadamente através da criação de empresas especializadas como a CA Seguros, CA Gest, etc.

Já em 1998, com a introdução de uma plataforma informática única para todas as Caixas Associadas e a Caixa Central, há uma unificação de informação entre elas, permitindo-lhes assim afirmar-se mais fortemente no mercado.

Em 2011, o Grupo CA comemorou 100 Anos de Actividade, sendo um grupo financeiro relativamente importante no sector bancário, contando em 2013 com uma rede de 683 balcões, sendo que apenas a Caixa Geral de Depósitos e o Millennium BCP possuem uma rede mais extensa, com 804 e 758 balcões¹, respetivamente.

2.2. Enquadramento do grupo Crédito Agrícola no sector bancário

O grupo CA tem uma base cooperativa, contrariamente ao que se verifica na banca tradicional, onde existe uma base mais comercial, tendo por isso algumas especificidades. Existe um organismo central do grupo Crédito Agrícola Mútuo, a designada Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (Caixa Central) que tem como competências a supervisão e orientação das Caixas Agrícolas (Ver Anexo I, Figura 1).

Por outro lado existe o SICAM (Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo) que é o conjunto formado pela Caixa Central e pelas Caixas suas Associadas, visto que nem todas as Caixas Agrícolas são associadas. Atualmente existem 82 caixas associadas.

O Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM) garante, dentro dos limites previstos na lei, a restituição de depósitos constituídos no SICAM.

¹ De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Bancos (Abril de 2013), *Overview do sistema bancário português*: APB.

Um outro órgão do CA é a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM). Este organismo é formado pelas caixas agrícolas associadas e tem como objetivo defender os seus interesses em diversos níveis.

O CA detinha em 2013, em termos de ativos totais, face ao total de ativos dos bancos pertencentes à Associação Portuguesa de Bancos, uma quota de mercado de 3,286%.²

Financeiramente, podemos constatar que, em 2013, o SICAM obteve um resultado líquido positivo de 1,5 milhões de euros, representando um decréscimo de 96% face ao período anterior, justificado essencialmente pela quebra da margem financeira. Contudo, e apesar deste decréscimo, este constitui um bom indicador tendo em o que se verifica na restante banca, onde se registaram prejuízos acima dos três milhões de euros, segundo o BdP (2014).

Em 2013 o SICAM regista uma rentabilidade dos ativos (ROA) de 0,01%³, contrastando, de acordo com o BdP (2014) com o ROA negativo (-0,8%) do total do setor financeiro.

Já no que diz respeito à rentabilidade dos capitais próprios (ROE), este é de 0,14% para o SICAM, contrastando novamente, pela positiva, com o panorama geral do sistema financeiro que apresenta, em 2013, uma rentabilidade negativa de (-11,6%).

O rácio de eficiência é um dos indicadores bancários críticos para medir o grau de eficiência das instituições financeiras. Este indicador reflecte a percentagem dos proveitos da actividade bancária que é absorvida pelos custos operacionais e, por conseguinte, quanto menor for o rácio, mais eficiente será a gestão bancária (APB, 2012). O grupo CA apresenta um rácio de eficiência de 64,0% em 2013, sendo um rácio com um valor alto, mostrando uma diminuição do produto bancário em (-1,5%) face a 2012. Apesar de se revelar um valor elevado este encontra-se abaixo do sistema financeiro como um todo (71,8%), constituindo por isso, quando comparado, um bom indicador.

Ressalta-se também que o crédito a clientes em percentagem do ativo, no período em questão é de 58%, enquanto no total do setor financeiro é de 64%, estando neste ponto em sintonia.

² Cálculos próprios. Fonte: APB (2013) *Overview do sistema bancário português*: APB.

³ Ver Crédito Agrícola (2014), *Relatório e Contas de 2013 consolidado*. Lisboa: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

Face ao rácio de transformação, quer o SICAM (80,1%) quer o total do sistema bancário (117%) estão em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Banco de Portugal (BdP) que é de 120% no máximo.

2.3. Enquadramento e História da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega

A Terras de Sousa, Ave, Basto e Tâmega (T.S.A.B.T.) nasceu em 1985, com o objetivo de apoiar o sector agrícola da região, iniciando a sua atividade em 1986 (Crédito Agrícola, 2011).

Em 1988, a T.S.A.B.T. fica marcada pela construção da sua sede social no centro da cidade de Felgueiras, abrindo o seu primeiro balcão.

Após 23 anos de existência, segundo o Crédito Agrícola (2011), em 2008, esta caixa atingiu o objetivo de se tornar uma instituição de referência na sua região. O final deste ano fica marcado pela inauguração da nova sede social na cidade de Felgueiras, ficando também nesse ano a funcionar o seu 10º Balcão (Ver Anexo I, Figura 2).

A CCAM T.S.A.B.T. foi crescendo e, actualmente conta com 12 agências (Anexo I, Figura 3) em funcionamento, em localidades próximas: Amarante, Barrosas, Celorico de Basto, Fafe, Felgueiras (Sede), Felgueiras (agência), Guimarães, Lixa, Lousada, Vizela, Ponte e Torrados.

2.4. Caracterização atual da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega e no panorama nacional do Crédito Agrícola

Do Relatório e Contas do Exercício de 2014 da T.S.A.B.T., podemos constatar que houve um aumento de 2,5% no Ativo Líquido Total, face a 2013 e que sua principal fonte de financiamento são os depósitos dos clientes, registando um acréscimo de 1,8% face ao período anterior. Ressalta-se que a rubrica Recursos de Clientes e Outras Instituições de Crédito representa 82,3% do Passivo e dos Capitais Próprios da T.S.A.B.T.

Já do lado do Ativo existem duas rubricas com um maior impacto. Por um lado a rubrica Disponibilidades e Ativos Financeiros⁴ (com um peso de 47,3% no Total do Ativo

⁴ Rubrica, (segundo Relatório e Contas do Exercício 2014, pp 82) composta pelos valores de caixa, disponibilidades à ordem e pelos títulos de investimento de dívida subordinada da Caixa Central.

Líquido), e por outro lado o Crédito a Clientes (com um peso de 43,5% no Total do Ativo Líquido).

Relativamente às Aplicações na Caixa Central verifica-se um aumento de 4,3% fortalecendo a sua liquidez.

O total do Passivo, composto pelo total de recursos alheios e pelas provisões do período sofreu um aumento de 1,9% face ao ano anterior.

O rácio de Transformação, representando os recursos e clientes que estão aplicados a crédito concedido é 59,6%, constatando-se estar em conformidade com as normas do (BdP).

Relativamente aos rácios para determinar a eficiência com que o banco está a utilizar os seus activos esses reflectem-se na Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) (5,4 %) proporcionado pelo aumento do resultado líquido. Assim por cada 1 euro investido os capitais estão a obter um retorno de 0,054 cêntimos. Em 2013 o ROE era 51,7%, sendo esta quebra justificada, com a situação económica adversa verificada em Portugal.

Já na Rendibilidade do Ativo (ROA) regista-se, em 2013, um aumento de 0,9%, o que é um bom indicador face à rentabilidade do ativo no panorama geral do sistema financeiro, tal como já foi referido.

No sentido da convergência para os novos padrões internacionais de Basileia III, o BdP considerou necessário exigir um reforço dos níveis mínimos de solvabilidade a observar pelas instituições sujeitas à sua supervisão (8,0%). Neste rácio a CCAM está bastante bem posicionada pois apresenta um rácio de 31,8%, revelando que as garantias dos credores são consideráveis, bem como a estabilidade do banco.

Em 2014, no Ranking Nacional do CA (cuja média abarca as 82 Caixas Associadas), a T.S.A.B.T. ocupa o 7º lugar na rubrica Resultado do Exercício (Lucro), sendo um ótimo indicador face às restantes Caixas (Ver Tabela 1).

No que diz respeito à margem financeira e ao produto bancário a T.S.A.B.T. está bem posicionada no panorama do CA, garantindo o 18.º.

Já no que diz respeito ao Crédito Vencido Bruto, este representa 10,0% não sendo um bom indicador, colocando a T.S.A.B.T. no 60º lugar a nível nacional. Contudo, de acordo com o

Relatório em questão, este resultado provém de fusões anteriores⁵ aliadas à desfavorável conjuntura económica atual.

No conjunto das Caixas Associadas, e a um nível geral, a T.S.A.B.T. está numa posição bastante razoável, não registando perdas de relevância considerável no ano 2014.

Tabela 1 – Ranking Nacional 2014 (média tendo por base o universo das 82 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas)

Designação	CA TSABT	SICAM (Caixas Associadas)	
		Ranking	Média
Rubricas			
Resultado do Exercício	1.327.639	7. ^o	(159.609)
Margem Financeira	4.540.071	18. ^o	3.077.843
Produto Bancário	6.613.729	18. ^o	4.568.441
Activo Líquido	151.066.975	28. ^o	144.400.309
Depósitos Clientes	123.301.119	28. ^o	124.924.517
Crédito Concedido	73.433.630	33. ^o	82.583.258
Crédito Vencido Bruto	7.344.605	57. ^o	7.011.887
Indicadores			
Rácio de Transformação (BdP)	59,6%	n.d.	66,1%
Rendibilidade dos Activos (ROA)	0,9%	n.d.	(-)
Rácio Crédito Vencido Bruto	10,0%	60. ^o	8,5%
Rácio de Eficiência	55,9%	10. ^o	68,6%

Fonte: TSABT (2014), *Relatório e Contas*. Felgueiras: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

⁵ Estas fusões dizem respeito a balcões que passaram a pertencer à TSABT, nomeadamente o balcão de Guimarães, que se encontrava em fracas condições financeiras aquando da fusão.

Secção 3. Resumo e sistematização das tarefas desenvolvidas

O estágio foi realizado na sede da CCAM T.S.A.B.T., que, entre outros detém departamentos que dizem respeito às áreas administrativas e financeiras, análise de crédito, jurídicas e de auditoria. O departamento financeiro é responsável pela contabilização e processamento das faturas, pela redação do relatório de contas e pelo carregamento em sistema do crédito. Tendo em conta que o output do banco é a concessão de crédito, o departamento de análise de crédito é responsável pela verificação da documentação necessária para a análise da proposta e respetivo parecer. Contudo a decisão final face à concessão ou não de crédito fica a cargo do conselho de crédito ou do conselho de administração, consoante o montante em causa. Após a aceitação de concessão de crédito a proposta é entregue ao departamento jurídico que procede à execução do contrato. O crédito em contencioso, bem como as penhoras também estão a cargo do departamento jurídico. O departamento de auditoria assegura que todas as onze caixas pertencentes a esta CCAM, bem como a sede executem todos os procedimentos de forma correta e legal. Os departamentos onde realizei mais tarefas foram o departamento administrativo e financeiro e o departamento de análise de crédito. Contudo, o meu trabalho foi desenvolvido de acordo com as necessidades da entidade à data.

3.1. Departamento Administrativo e Financeiro

Durante o tempo que passei no departamento administrativo e financeiro uma das tarefas que me competiu fazer foi **lançamentos contabilísticos**. A contabilização das faturas é feita no momento da sua receção (após serem verificadas pela administração). Para poder realizar esta tarefa precisei, num primeiro momento, de tomar conhecimento que cada um dos fornecedores desta caixa detém uma conta personalizada na contabilidade para efetuar esses movimentos. Por exemplo, a EDP tem uma conta própria para os pagamentos relativos aos seus serviços.

No momento da receção da fatura debitava a conta personalizada e simultaneamente creditava o montante na conta do banco, que funciona, no fundo, como uma conta transitória, na qual o dinheiro permanece enquanto este não sai efetivamente das contas do banco. Quando a fatura diz respeito a um débito direto, no dia em que surge o respetivo

movimento (nos mapas extraídos diariamente) é registado o movimento de pagamento da fatura. Não tinha acesso a estes mapas através da minha conta de utilizador no sistema, pelo que estes eram-me fornecidos por um dos funcionários. Assim, nestas situações tinha a meu cargo o débito da conta transitória pelo respetivo montante e juntamente o crédito da conta do banco destinada aos pagamentos.

Com o decorrer do estágio e a chegada diária de faturas de vária índole aprendi também que quando se trata de faturas de fornecedores do grupo (nomeadamente Fenacam, CA Serviços, etc.) o tratamento é diferenciado. Nestes casos, a componente que diz respeito à contabilização da receção da fatura a pagar é feita automaticamente pelos sistemas centrais, pelo que nestas situações, eu apenas registava o movimento relativo ao pagamento da fatura. Em cada um dos lançamentos contabilísticos que efetuei especificava também o centro de custo, ou seja, indicava a agência que deu origem àquela despesa (água, rendas, eletricidade, etc.).

Todos estes lançamentos são registados de duas formas: manualmente na própria fatura onde registava o movimento (débito e crédito) na conta personalizada respetiva e data do movimento. Após isto, cada fatura é colocada no serviço do dia, sendo verificada pela administração. Por fim são lançadas no sistema informático (SIBAL), onde o que havia registado manualmente passava para registo informático.

Outra tarefa que ficou a meu cargo foi o preenchimento de um ficheiro em que é efetuado um **controlo sobre as despesas** referentes a cada funcionário, nomeadamente despesas em telecomunicações (que dizem respeito ao plafond que cada responsável de agência tem acesso), despesas de combustível, ajudas de custo, despesas de alojamento, etc. Esta fui uma das tarefas que realizei. Este ficheiro consiste num documento Excel, onde introduzi as despesas relativas às secções supramencionadas relativas a cada funcionário. Esta tarefa constava em procurar em cada pasta de arquivo as despesas que existiam naquele mês. Iniciei este controlo desde a sua última atualização, que tinha sido realizada no penúltimo trimestre de 2014. Pelo que para as despesas do último trimestre retirei a informação da pasta de arquivo correspondente a esse semestre. Cada uma destas pastas continha todas as faturas dos meses em questão separados por fornecedores. Após ter terminado este controlo para o ano 2014, geri o mesmo até ao mês de Março de 2015.

Por fim, após terminar o ficheiro em questão, tinha de confrontar o somatório de cada tipo de despesa que tinha registado com o total do valor correspondente registado na

contabilidade. Estes valores registados na contabilidade eram-me fornecidos pelo elemento responsável do departamento.

Durante o período de estágio foi-me também incumbido a **retificação do mapa** entregue pela T.S.A.B.T. ao Conselho Administrativo da Caixa Central de Dezembro de 2014, no qual tinham sido detetadas lacunas pela auditoria. Este Mapa diz respeito a aplicações na Caixa Central que a CCAM T.S.A.B.T. detém. Adicionalmente, no início de cada mês, efetuei o mapa relativo a Janeiro, Fevereiro e Março de 2015. Estes mapas são compostos pelos depósitos a prazo (DP) que incluem depósitos a prazo de várias classes. Ao elaborar o referido mapa tinha de preencher o número do contrato, a data de vencimento, o montante, a taxa de juro e o prazo de vencimento.

Efetuei também o preenchimento dos mapas relativos às poupanças por escalão de prazo remanescente, para os mesmos meses. Nesse mapa cabia-me preencher os montantes totais de cada produto e a sua taxa ponderada.

As autarquias, estando obrigadas a declarar as participações de capital que detêm, solicitam ao CA a disponibilização dessa informação. Neste sentido fui encarregue do **preenchimento do Mapa Autárquico** referente a cada autarquia. São prestadas informações como o capital total social ou estatutário e o seu respetivo peso no total do capital, o capital próprio, o ativo bruto, as amortizações e provisões acumuladas, etc..

Para o seu preenchimento necessitei de informação que obtive através do Balancete, Demonstração de Resultados e do Balanço.

Durante o decorrer do estágio tive também a oportunidade de conhecer o **Tableau de Bord**. Este instrumento tem carácter mensal e contempla inúmera informação útil para avaliar o decorrer da atividade. Permite analisar se os rácios se encontram dentro dos parâmetros de orientação da Caixa Central. Permite ainda consultar indicadores de estrutura (rúbricas como crédito a clientes, total do crédito vencido, total do ativo, passivo, etc.). É ainda possível retirar informação acerca das componentes do Rácio de Transformação e a explicação da sua evolução.

Está presente neste instrumento a rendibilidade média das Caixas Agrícolas relativa a cada indicador sendo possível assim estabelecer uma comparação e situar a posição da T.S.A.B.T. no panorama geral. Este ponto serviu para ter contacto com o documento em si, e entender o seu objetivo, não tendo realizado nenhuma tarefa relacionada.

No dia 31 de Março de 2015, tive a oportunidade de assistir à Assembleia Geral, onde foi aprovado, entre outros pontos o Relatório e Contas referente ao exercício de 2014.

3.2. Departamento de Análise de Risco de crédito

A segunda fase do estágio decorreu no departamento de análise de risco de crédito. Neste departamento a aprendizagem teve início com a familiarização de alguns conceitos, documentos e processos.

O primeiro documento foi a Proposta de Crédito, elaborada pela agência onde é efetuado o pedido de concessão de crédito, e que é entregue ao departamento de análise de risco. Nesta constam elementos básicos como a identificação do cliente, a finalidade do crédito (crédito à habitação, apoio à tesouraria, crédito ao consumo, desconto de efeitos, etc.), o montante, a taxa de juro proposta e a data de vencimento.

Nesta Proposta a agência realça alguns elementos relativos ao cliente como o saldo representativo do cliente em questão, indicando o número de dígitos do saldo a noventa dias, e se a conta é bem movimentada, nomeadamente sem a existência de descobertos.

No caso dos particulares exige-se ainda a apresentação do comprovativo de entrega do IRS e dos recibos de vencimento dos mutuários, e nos casos em que as garantias são dadas por fiadores/avalistas é também exigida a documentação supra mencionada relativa a estes.

A entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES) e do balancete com contas encerradas é também exigido no caso das empresas.

Adicionalmente é reunida informação acerca da existência de responsabilidades na CCAM e na restante banca, através da plataforma Central de Risco de Crédito do BdP. Através deste documento consegue obter-se uma visão geral sobre o historial creditício do proponente, sendo que o indicador crédito vencido, tem um elevado peso na decisão da concessão de crédito. Este aspeto permite detetar de forma mais rápida degradações atuais ou potenciais do risco de crédito do cliente. Outros aspetos relevantes são a existência de cheques devolvidos, que caso existam são um mau indício, e o tipo de garantias existentes (hipoteca, fiança, penhor de depósito a prazo ou aval). São ainda tidas em conta as certidões de não dívida junto da Autoridade Tributária e da Segurança Social. Em suma, a proposta de crédito é entregue ao departamento de risco nestas condições. Estando a

proposta no departamento de análise de risco esta é analisada pela técnica responsável pelo departamento, que emite o seu parecer (Favorável ou Não Favorável) relativo ao crédito. Após isto a proposta é também analisada pelo Departamento de Coordenação Geral ou pelo Conselho de Administração dependendo do montante da responsabilidade total. Durante o período de estágio neste departamento, participei em todas as análises de crédito. Todas as propostas eram inicialmente analisadas pelo departamento de risco, sendo que após isto passavam todas por mim, tendo aqui a oportunidade de adquirir conhecimentos que me permitissem analisá-las, emitindo o meu parecer e confrontando-o com o parecer do departamento, elucidando as minhas dúvidas quando os pareceres não coincidiam. Tratando-se de uma tarefa de elevada importância não podia ficar exclusivamente entregue a mim.

No caso de empresas, esta caixa recorre diversas vezes a serviços de empresas que fornecem informação detalhada sobre a atividade da empresa e do setor onde esta se insere (empresas como a IGNIOS e a Informa D&B). Através destes relatórios detalhados têm-se assim acesso a rácios e indicadores importantes para a análise-económico-financeira das empresas, da sua evolução e da evolução do setor, importantes para a determinação do risco. Para ser capaz de interpretar a informação constante nesses relatórios tornou-se relevante para mim, aprofundar e clarificar alguns conceitos (ver Anexo II.I.).

A descrição que se segue corresponde a conhecimentos adquiridos, ao longo das análises de crédito que efetuei, quer em relação ao produto bancário em si quer em relação aos aspetos a ter em conta em cada um deles para realizar uma análise de crédito (que documentos pedir, analisar, e como os interpretar, nomeadamente os rácios financeiros), para poder, desta forma, emitir um parecer relativo à proposta (ver Anexo II.II).

Um dos primeiros produtos com que tive contacto foi a **renovação de conta corrente caucionada**. Nas análises que fiz retive que, além do histórico creditício, tinha de avaliar a evolução do volume de negócios (se existem quebras acentuadas nas vendas deve-se procurar auferir a sua razão, se são de ordem externa como redução da procura agregada, que apesar de mau indicador não constitui um problema da empresa ou de uma má gestão). A diminuição do preço de venda dos produtos e da quota de mercado, bem como o crescimento do coeficiente de devedores são também eles sinais de alerta.

É ainda um indicador não favorável a existência de clientes a solicitarem reformas, o que indiretamente indica que a empresa que está a pedir financiamento tem falta de liquidez.

Neste tipo de crédito efetuei a análise dos indicadores financeiros acima descritos, relativos à empresa. A evolução do número de funcionários é também um fator relevante principalmente caso este tenha diminuído consideravelmente nos últimos anos.

Os indicadores que se prendem com a exploração, e que por isso devem igualmente ser observados, dizem respeito à diminuição dos lucros, ao crescimento dos prejuízos, problemas de solvabilidade e a existência de resultados operacionais negativos.

Em termos jurídicos a existência de penhoras, ações judiciais atentadas contra a empresa, bem como a existência de contenciosos num passado recente, são dois pontos a ter em conta na análise de concessão de crédito pois já são um indício de má conduta. É analisado também o Cash Flow, (que representa a diferença entre as entradas e saídas de dinheiro), que permite antever situações que podem ser graves em termos de tesouraria.

Simultaneamente aos relatórios, efetuava uma análise do balancete geral ou analítico das empresas envolvidas. Perante este instrumento financeiro tinha especial atenção ao confronto entre o dinheiro a receber de clientes e o montante a pagar a fornecedores. Com a análise destas duas contas é tido em conta se o montante a débito na conta Clientes é superior ao montante a crédito na conta fornecedores, para se perceber se as vendas/prestações de serviços são superiores às compras efetuadas. Por exemplo a presença de saldo credor nas contas de depósito à ordem indica que a empresa tem esse montante a pagar ao banco, resultante de descobertos bancários.

Em termos de carácter interno, são muitas vezes sinais de alerta a mudança de sócios, problemas que possam existir entre eles, ou mesmo alterações de registos nas Conservatórias. Nas análises feitas durante o estágio, estes foram pontos-chave que foram observados.

Na apresentação da proposta, a agência preenche um conjunto de informações relativas ao mercado onde a empresa se insere (como as barreiras de entrada existentes, a qualidade da gestão, etc) onde classifica a empresa numa escala de muito fraco a muito forte.

No que concerne à conta corrente caucionada (CCC), esta destina-se essencialmente ao apoio da tesouraria. Esta pode ser do tipo puro, em que a sua finalidade é assegurar a possibilidade de transações (movimentos), ou então uma CCC cujo objetivo é o desconto de cheques pós-datados.

Neste tipo de análise têm-se em conta os movimentos feitos através da CCC, recorrendo-se ao extrato da sua conta desde a sua última renovação até ao momento atual, tendo-se também conta se o setor de atividade está ou não em dificuldades.

Uma boa conduta acontece quando existem utilizações seguidas de amortizações.

Caso esta conta não esteja a ser utilizada, esta revela-se ser pouco rentável para a instituição bancária, pois esta só recebe a taxa de comissão de renovação. Por outro lado, se o montante é utilizado de uma só vez na sua totalidade, deverá ser ponderado transformar a CCC num financiamento, que nestas situações é o mais adequado.

Neste tipo de contas o custo é proporcional ao montante utilizado. As utilizações de capital são feitas através de movimentações a débito na conta depósitos à ordem, e a crédito quando se trata de amortizações.

Outra tarefa passou pela aprendizagem da análise de **crédito a particulares**. Para esta análise o recibo de vencimentos é um elemento importante, pois é maioritariamente através deste que se consegue efetuar uma comparação entre o montante pedido e a capacidade de reembolso, simulando prestações mensais, e detetando se existe possibilidade de incumprimento. Um bom fator a ter em atenção é se o ordenado está domiciliado no próprio banco em que se concede o crédito. Analogamente é também feita uma análise ao fiador, e às garantias que este pode dar (nomeadamente o seu valor do seu vencimento, e se é detentor de elevada responsabilidade na banca).

Por outro lado é um elemento importante a quantidade de créditos ativos (e de forma mais relevante o seu valor) que já existem no nome daquele cliente junto do banco em que pede novo crédito.

Existe ainda, de forma mais recorrente o crédito ao consumo e à habitação. Sendo que, em créditos de montante mais elevado ou prazo mais alargado existe normalmente associado um seguro de crédito. Um outro tipo de garantia também fortemente recorrente é a hipoteca de imóveis, sendo que neste caso há uma análise prévia, com recurso a um perito avaliador, para determinar o seu valor e posteriormente confrontar com o valor pedido.

A análise de **Letras** foi outra tarefa que fiz regularmente. As Letras são apresentadas numa proposta de crédito específica, onde são discriminados os dados da operação (clientes proponentes, aceitante/subscritor), o número do empréstimo, montante da Letra, a taxa líquida a ser aplicada, e o prazo.

As entidades produtoras de bens ou serviços ao efetuar uma venda muitas vezes estão dependentes da liquidez dos seus clientes, cedendo prazos para estes procederem ao pagamento. Contudo, muitas vezes a entidade credora, necessita, por questões de fundo de maneiio, de acesso ao capital antes do prazo estabelecido com o cliente.

Assim, para obter o acesso ao montante antecipadamente o vendedor emite um título de crédito (letra) em que atesta que o comprador tem a obrigação de pagar um determinado montante (valor da fatura) e num determinado momento. O vendedor torna-se credor do montante em causa.

Porém, ser o portador de um título de crédito não lhe garante liquidez. Neste sentido, este apresenta-o a uma entidade financeira de forma a obter o capital antecipadamente. Esta operação constitui o chamado desconto de letras (desconto comercial).

Ao realizar o desconto da letra o banco passa a ser o detentor do título de crédito. Findo o prazo do título é o banco que apresenta a letra ao devedor (para ser paga) e não ao fornecedor de serviços.

Neste tipo de operação os juros devidos pelo adiantamento são pagos antes mesmo do montante ser creditado na conta do sacador.

Para analisar o risco de incumprimento neste tipo de crédito tive sempre em conta o historial creditício do aceitante da letra e do proponente, pois caso o sacado venha a não cumprir as suas responsabilidades, o sacador assume essa responsabilidade. Tratando-se de um desconto de letras, as faturas que lhe deram origem têm também de constar no processo, sendo que o facto de essas faturas já serem bastante antigas não constitui um bom indício do aceitante. Um aspeto importante é verificar se existe concentração no sacado, sendo que deve ser evitado que essa concentração ultrapasse os 30%.

Após o desconto de uma letra pode seguir-se a sua reforma, que consiste na prorrogação do seu prazo.

Esta proposta consiste na utilização da proposta de desconto de letra que lhe deu origem, ou seja, os efeitos iniciais (data de vencimento inicial, o valor inicial da letra, e a percentagem que será reformada). Por outro lado é detalhado o reembolso no qual constam as informações dos efeitos reformados (importância e nova data de vencimento).

Quando efetuei estas análises tinha em conta as responsabilidades e as garantias que o sacador (nosso cliente) detém nesta caixa, e as informações sobre o aceitante no que diz respeito à capacidade de pagamento. Sendo que estas informações eram muitas vezes

obtidas junto das instituições bancárias com que o aceitante trabalhava. O facto de o cliente necessitar de reformar a letra para o seu pagamento na totalidade constituiu um indicador desfavorável caso o sacador num futuro próximo deseje contrair empréstimos. Por norma, são realizadas reformas de 10% a 30 dias.

Supondo uma letra que é entregue por um cliente desta caixa para ser descontada, sendo que após esta ser descontada o aceitante não fez frente às suas responsabilidades, transpondo essa responsabilidade ao sacador.

Assim, o proponente, que apresentou a letra para desconto forneceu a mercadoria/serviços terá também de pagar por eles.

Nesta proposta são também especificadas as garantias a constituir ou constituídas. Quando existe penhor de um depósito a prazo que cobre o montante da Letra a ser reestruturada isso constituiu um bom indicador para um parecer favorável, visto que a possibilidade da instituição bancária ficar lesada é bastante baixa.

Suponha-se o seguinte exemplo: uma letra cujo valor da mercadoria, (valor inicial) é de 8.356,05 € e que a taxa de juro é de 16%. Na reforma desta letra é acordado a reforma de 30%, isto é, serão pagos ao banco 2.506,82€ acrescidos da taxa de juro (16% no exemplo), ficando ainda 70% da Letra por regularizar, no montante de 5.849,23€.

Geralmente aquando de uma reforma a taxa de juro é agravada em 4%.

A existência de letras do mesmo aceitante a serem reformuladas é um fator a ponderar quando são apresentadas para desconto novas letras do mesmo aceitante.

Outro crédito distinto que tive a oportunidade de analisar diz respeito ao desconto de cheques pós-datados. A proposta-padrão utilizada no desconto e na reforma de Letras é também a usada nesta operação. A finalidade deste tipo de crédito prende-se essencialmente com o apoio à tesouraria. No que diz respeito ao restante preenchimento da Proposta de crédito esta é bastante similar à anterior.

Neste caso, tratando-se de desconto de cheques, nas propostas que analisei tive em conta elementos adicionais, nomeadamente a cópia do cheque a ser descontado bem como a fatura da venda/ prestação de serviços que lhe deu origem. Neste caso são recolhidas informações acerca da entidade que passa o cheque, para minimizar o risco do cheque ser devolvido.

Adicionalmente tive a possibilidade de analisar propostas de crédito relativas a **desconto de remessas**. Contudo estas análises foram bastantes escassas, devendo ter

realizado no total apenas três. O desconto de remessas satisfaz as necessidades de empresas exportadoras ao permitir-lhes antecipar as receitas que resultam de vendas ao estrangeiro. Este produto financeiro é um meio de pagamento alternativo por exemplo aos cheques sobre o estrangeiro, sendo um método que envolve menor custo, contudo para a sua utilização é importante já existir uma relação de confiança mútua entre importador e exportador, bem como um histórico creditício deste tipo de operações junto do banco.

Perante uma situação com que o banco se encontrava, foi-me proposta a realização de outra atividade. Essa atividade constava no **cálculo de juros a receber**, de DP aplicados na Caixa Central, perante vários cenários distintos.

O problema residia na diminuição agressiva da Euribor numa determinada data. Surgindo a questão de decisão que consistia em confrontar duas hipóteses: por um lado a de manter os DP existentes e permitir que estes se liquidassem na data prevista, tendo em conta que a Euribor à qual estes seriam novamente aplicados era substancialmente mais baixa. Ou então liquidar os DP antecipadamente, e aplicá-los novamente, antes da descida acentuada da taxa de remuneração.

Neste sentido era necessário calcular os juros recebidos até uma data específica, data essa que coincidia com a alteração da taxa. Neste cálculo foi necessário ter em conta que os prazos de vencimento não eram iguais para todos os DP (para calcular o que se perdia em juros, correspondente ao hiato temporal no caso da liquidação antecipada) e ter em conta que a liquidação dos DP antes da data de vencimento tinha como penalização a perda de juros correspondentes a 30 dias. A minha participação nesta tarefa cingiu-se aos cálculos.

3.3. Departamento Jurídico

Durante o tempo de estágio fui-me adaptando às necessidades do banco nos diferentes momentos. Neste sentido desempenhei também atividades na área jurídica, sendo que nesta área coube-me fazer sobretudo **penhoras civis**.

O agente de execução (AE) solícita ao Banco de Portugal, através dos sistemas informáticos de suporte à atividade dos tribunais e dos agentes de execução, a disponibilização de informação acerca das instituições legalmente autorizadas a receber depósitos em que o executado detém contas ou depósitos bancários. A penhora de saldos

bancários é comunicada eletronicamente pelo AE. Após a receção desta comunicação, a Instituição de Crédito dispõe do prazo de dois dias úteis para comunicar por via eletrónica ao AE: i) o montante bloqueado; ou ii) o saldo existente, caso seja aplicável impenhorabilidade que obste no bloqueio; ou iii) a inexistência de conta ou saldo;

O processo de penhora inicia-se pelo pedido de bloqueio dos saldos bancários dos quais o executado é titular. Neste ponto deve ter-se em atenção que não são contabilizadas as contas em que o executado é procurador ou representante legal. Caso o executado disponha de saldo este deve ser bloqueado. Ao efetuar um bloqueio deve-se ter em conta o facto de, no pedido de penhora, ser referido a salvaguarda do montante correspondente ao salário mínimo nacional (atualmente 505€). Caso se trate de uma empresa este não é salvaguardado. O bloqueio só é efetuado se o saldo ou quota-parte do saldo disponível for superior ao montante mínimo penhorável. Outro aspeto a ter em conta no bloqueio de saldos é o número de titulares da conta a ser penhorada, sendo que apenas é penhorada a quota-parte do saldo correspondente. Ao ser efetuado o bloqueio, é criado no sistema informático da Caixa um cativo na conta do executado, após o qual se imprime a prova da sua criação em sistema, sendo posteriormente arquivado nas pastas correspondentes. Na resposta eletrónica aquando do bloqueio é necessário introduzir os códigos da penhora em questão, que é anteriormente fornecida pela mesma plataforma, o número de titulares da conta, o IBAN, e o montante cativo.

No caso em que o executado tem depósitos a prazo o saldo deste é prioritariamente cativo face ao saldo da conta de depósitos à ordem.

Após o bloqueio, este pode ser levantado ou convertido em penhora. Ao ser levantado, o cativo efetuado no sistema é eliminado e é enviada a resposta pela plataforma informando que se processou o seu levantamento. Ao ser penhorado, a informação que conta no sistema é alterada (passando de um bloqueio prévio para uma penhora efetiva). Seguidamente à penhora o AE pede a transferência do valor cativo. Neste caso são feitas duas operações em separado, por um lado é realizada a transferência para o NIB fornecido pelo AE e por outro é também enviada a resposta (de que foi realizada a transação) através da plataforma eletrónica.

Esta foi uma tarefa recorrente, que executei todos os dias, salvo raras exceções. Todos os dias consultava uma plataforma eletrónica, que me permitia ter acesso às penhoras do dia. Após serem guardadas no computador, o primeiro passo passava por imprimir através do

sistema utilizado pelo banco o saldo de todas as contas que o indivíduo penhorado detém no CA. Após isto procedia à análise dos saldos imprimidos de acordo com as regras supracitadas. Citando uma penhora que realizei, a título de exemplo: um particular, penhorado em 835€, em que na penhora conta o pedido de salvaguarda do salário mínimo e cujo montante mínimo penhorável é 50€. Após a consulta em sistema constam três contas no CA, pertencentes ao executado: um depósito à ordem (DO) com saldo de 134,20€, um DP no montante de 620€. Após isto segue-se nova consulta em sistema em que retiro que existem 2 e 3 titulares para o DO e DP respetivamente. Portanto a penhora passa por, em primeira instância, em centrar-me no saldo existente no DP, ficando com um saldo de 206,67€ passível de penhora (montante correspondente à quota-parte do executado). Dado que a quantia exequenda é de 835€ é necessário recorrer ao saldo existente na conta DO. Por sua vez nesta conta o saldo passível de penhora é no montante de 67,10€, totalizando, os dois saldos 273,76€ a penhorar. Neste ponto é necessário confirmar se o montante cumpre o requisito do montante mínimo penhorável, que neste caso se verifica pois o montante mínimo é 50€ e existem 273,76€ que podem ser penhorados. Por outro lado é necessário confirmar e se o montante de salário mínimo é salvaguardado (tal como mencionado no pedido de penhora). Nesta situação, não é salvaguardado, pois o executado só possui 273,76€. O que implica que não seja feito nenhum cativo de saldo no sistema e a resposta eletrónica correspondente seja “saldo impenhorável”, não havendo, por isso, lugar a penhora.

As **atas** são igualmente da responsabilidade do departamento jurídico. Estas resultam das reuniões semanais do Conselho de Crédito e do Conselho de Administração onde são registadas e numeradas em ata todas as decisões de novos financiamentos, descontos de letras, reformas, reestruturações de financiamentos, atribuições de cartões de crédito e admissão de sócios. Estas são divididas em atribuições de crédito a sócios e não sócios, existindo uma contabilização para cada um destes, ficando registado o nome do cliente ou sócio, o montante concedido e a data de vencimento. O produto inicial das reuniões foi-me sempre fornecido por um dos elementos do departamento jurídico. No decorrer do estágio todas as atas ficaram a meu cargo, sendo redigidas duas atas por semana, sendo posteriormente corrigidas pelo departamento.

Outra função que tive passou por completar **minutas de contratos**, tarefa que realizei diversas vezes. Esta ação permitiu-me ter um contacto maior com a área jurídica,

familiarizar-me com a sua linguagem técnica e os seus procedimentos. Para a sua execução o departamento fornecia-me minutas, adequadas a cada tipo de contrato em questão: mútuo (com fiança), com fiança e aval, etc. Isto permitiu-me obter um maior conhecimento das garantias prestadas. Sendo uma minuta, cabia-me a tarefa de digitação dos dados dos segundos e terceiros contraentes, nomeadamente, nome, número de identificação fiscal e de cidadão, morada, e regime de casamento, caso se aplique. O montante pedido, o prazo, designação da taxa (fixa ou indexada) e o spread aplicado, são outros dados que também completava. Por fim especificava, através da tabela geral de imposto de selo, qual era taxa que é adequada ao prazo do crédito em questão. Por exemplo o número 17.1.2 da referida tabela é utilizada para Crédito de prazo igual ou superior a um ano e no qual se aplica um imposto de 0,50%.

Uma outra atividade que me foi delegada foi a **redação de cartas**. As que redigi estavam relacionadas essencialmente com dois motivos. Por um lado prendiam-se com o aviso aos clientes que os seus saldos bancários se encontravam penhorados, especificando o montante penhorado ou a penhorar e em que contas. Por outro lado, as cartas que elaborei constituíam uma resposta ao pedido de reembolso dos títulos de capital dos associados desta caixa.

3.4 - Atividades realizadas ao Balcão

Os procedimentos de balcão que realizei prenderam-se essencialmente com **depósitos, levantamentos e atualização de cadernetas**. Apesar do local de estágio ser uma sede, esta disponibiliza também o serviço de balcão aberto ao público. Sempre que o funcionário responsável pelo balcão estava ausente o balcão ficava a meu cargo. Nos casos em que tinha dúvidas, efetuava uma chamada telefónica para um dos departamentos e pedia que se deslocassem ao balcão.

Cada operação a ser realizada ao balcão tem um código de operação a ser introduzido no sistema de forma a permitir consumir a operação. A título exemplificativo, ao ser apresentado para depósito um determinado montante em numerário ou cheque, é introduzido no sistema o código 1005, que posteriormente permite a introdução da conta e a especificação do montante a ser depositado. Ao tratar-se de um cheque além da

introdução do montante a ser depositado, é necessária efetuar a leitura ótica do mesmo de forma a ficar registado, os elementos do cheque, como o número do cheque e o seu tipo, sendo que o mais comum é o cheque do tipo 22+. Em todos os cheques que depusitei registei no seu verso a conta onde este foi depositado e carimbei-os.

No caso dos levantamentos, o código é o mesmo para levantamentos em numerário e para pagamento de cheques de outras instituições bancárias. No caso de pagamento de cheque SICAM existe um código específico. Os **levantamentos** são mais morosos. Em primeiro tinha de verificar se o cliente que solicita o levantamento é titular da conta. Depois verificava se o saldo existente permite o pagamento do cheque (no caso de cheques SICAM), e por fim conferia a assinatura através do sistema de assinaturas digitais. No caso dos cheques necessitei ter atenção a outras particularidades, que fui aprendendo ao longo do período passado em front-office. Por exemplo, caso cheque seja não à ordem, o seu endosso não é permitido. O cheque pode ainda ser um cheque cruzado, significando que este pode ser depositado em qualquer banco, contudo só pode ser pago ao balcão caso o beneficiário do cheque seja cliente do banco sacado.

No **fecho da caixa**, ao final do dia, são seguidas determinadas sequências necessárias ao encerramento do dia. No caso, esta tarefa foi realizada exclusivamente por mim apenas nos períodos de férias do responsável pelo balcão. O início do fecho do balcão inicia-se pela compensação. A compensação consiste no apuramento de saldos credores e devedores entre os bancos, no qual os bancos efetuam entre si cobranças e pagamentos dos cheques depositados de outros bancos.

A liquidação financeira respeitante a cada banco é efetuada através das contas de depósito à ordem que cada um possui no BdP.

É efetuada uma transação inicial que devolve o número de cheques depositados no dia e o montante total. Após isto é conferido se o montante é de igual montante ao presente nos cheques, para despistar erros de digitação. Seguidamente é preenchida a cabeça de lote (documento em que se identifica a CCAM e o balcão, o número total de cheques e o montante), este documento é posteriormente validado na certificadora e após isso é introduzida numa outra máquina, junto com os cheques depositados. Nesta máquina é feita a leitura destes e depois é feito o envio, de forma eletrónica para a compensação. Os cheques físicos são guardados e semanalmente enviados para o BdP. A isto chegue-se a transferência de todo o dinheiro (através da transação correspondente) em caixa para o

tesoureiro. Por fim procede-se ao fecho do balcão, em que são registadas o número de moedas existentes e o seu respetivo valor. Caso haja diferencial o sistema não permite o fecho imediato do balcão, permitindo a recontagem e novo processamento.

No caso de diferencial apenas o tesoureiro tinha acesso a essa informação, tendo de pedir essa informação. Por fim efetua-se o fecho do balcão.

Secção 4. Revisão da literatura e análise do crédito vencido da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega

4.1. Revisão da literatura

A crise financeira mundial que despoletou recentemente (meados de 2008) tornou-se marcante pela sua rápida expansão e pela sua severidade, pois, como consequência a maioria das economias sofreu uma grave contração da sua atividade económica.

Segundo a análise feita por Hume e Sentence (2009) o boom de crédito que teve início em meados da década de 90 e que terminou recentemente teve características particulares. Prolongou-se por um período bastante mais longo, e o aumento do crédito face ao PIB foi bastante mais acentuado, quando comparado a outros períodos de boom. Neste estudo concluem que o aumento exponencial do crédito não foi acompanhado por um igual crescimento económico ou por um aumento da taxa de inflação. O crescimento exponencial de crédito prolongado por um longo período de tempo e acompanhado por um baixo crescimento económico é propenso a terminar em crise (Barajas e Dell’Ariccia 2007).

Hume e Sentence (2009) consideram por isso que estes são alguns dos fatores que podem esclarecer o surgimento da crise atual que afeta em primeira instância o sistema financeiro. O sistema financeiro, ao ser afetado, repercute os impactos da crise na vida económica e social dos países. Este rápido crescimento de crédito constituirá, no futuro, um alerta para o sistema financeiro, na medida em que serve de sustento aos desequilíbrios na balança de pagamentos do setor privado, contemplando elevados riscos de incumprimento.

O risco de incumprimento ou o risco de crédito refere-se maioritariamente à probabilidade do banco incorrer em perdas dado a incapacidade dos seus devedores em liquidar as suas dívidas.

O Comité de Basileia de Supervisão Bancária (2001) identifica ainda o risco de crédito como o risco dominante do setor bancário. Embora este risco esteja presente de alguma forma em todos os setores, no sistema financeiro este é inerente à sua atividade: os empréstimos (que constituem a maior parte dos seus ativos). A importância da análise do risco de crédito e das variáveis que o influenciam, direta ou indiretamente, surge neste sentido para evitar falências bancárias e também para evitar o efeito dominó que estas falências têm no setor bancário.

Na literatura usualmente o risco de crédito é dividido em duas partes, risco sistemático e risco não sistemático. O risco não sistemático é aquele que se refere aos fatores específicos do devedor que afetam não sistematicamente o risco de crédito, (nomeadamente o que diz respeito aos riscos específicos de uma empresa, ou às características inerentes a um setor) enquanto que o risco de crédito sistemático, está relacionado com fatores macroeconómicos (mudanças macroeconómicas ou políticas) que afetam todo o sistema monetário e financeiro. Segundo Aver (2008) mudanças macroeconómicas incluem fatores como alterações no PIB, na taxa de inflação, na taxa de desemprego e alterações na taxa de câmbio. Já as mudanças na política económica prendem-se com alterações na política monetária, fiscal ou mesmo mudanças na legislação económica (por exemplo relacionadas com importações e exportações).

São vários os estudos presentes na literatura que relacionam as determinantes macroeconómicas com o risco de crédito, e consequentemente do crédito vencido, e que procuram estabelecer uma relação entre o meio macroeconómico envolvente e o crédito malparado.⁶

Os estudos que se dedicam somente às determinantes específicas dos bancos são bastante raros. Berger e DeYoung (1997), Podpiera e Weill (1997) e Ahamad e Ariff (2007), são exemplos disso.

⁶ Os estudos empíricos que estudam simultaneamente o impacto dos fatores macroeconómicos e dos fatores determinantes específicos de cada banco no risco de incumprimento não são frequentes. A maioria das investigações estudam-nos de forma independente.

4.1.1. Determinantes macroeconómicas do risco de crédito

Estudos como os de Pesola (2005), Jakubík (2007), Aver (2008), Bohachova (2008), Kattai (2010), Ali e Dali (2010), Nkusu (2011), Mileris (2012) e Castro (2013) focam-se, exclusivamente na análise das determinantes macroeconómicas (ver Quadro 1).

Na revisão da literatura desta subsecção, que abarca apenas o estudo das determinantes macroeconómicas do risco de crédito serão inicialmente abordados os estudos empíricos que dizem respeito ao estudo de um único país, ao que se seguem os estudos de vários países em simultâneo (maioritariamente europeus) onde Portugal é parte integrante dos países em análise, e por fim os estudos empíricos que confrontam países europeus entre si e com países de outros continentes, e onde Portugal não é objeto de estudo.

Jakubík (2007), Aver (2008) e Kattai (2010), elaboram, cada um deles, o estudo empírico de um único país, sendo estudado o sistema bancário da República Checa, Eslovénia e Estónia respetivamente.

O estudo empírico de Jakubík (2007) analisa o risco de crédito no setor bancário da República Checa, e o autor conclui que o crescimento do PIB e a taxa de juro são os fatores macroeconómicos mais influentes no risco de crédito. O aumento dos empréstimos ao setor empresarial, em proporção do PIB, determina a taxa de incumprimento desse mesmo setor.

Aproximadamente para o mesmo período temporal, Aver (2008) estuda o setor bancário da Eslovénia. Neste estudo é analisada a influência de 25 variáveis macroeconómicas, tais como a taxa de inflação, taxa de desemprego, crescimento do PIB, taxas de juro, taxa de câmbio, o rácio entre as importações e as exportações e o índice da bolsa de valores.

O autor conclui que 86,3% da variação do risco sistemático do setor bancário esloveno é explicado pela dependência de um conjunto específico de fatores macroeconómicos, tais como o aumento das taxas de juro de curto e longo prazo. A taxa de juro de empréstimos à habitação é o fator que apresenta mais impacto no aumento do risco de crédito.

A taxa de crescimento do PIB e a taxa de juro influenciam positivamente o risco de crédito. O aumento destas duas variáveis causa um acréscimo no risco de crédito. Por um lado quando há um aumento da taxa de juro, esta amplifica o problema de seleção adversa, cedendo crédito a projetos de qualidade duvidosa. Por outro lado, quando a economia se

encontra numa fase expansiva os bancos são muitas vezes levados a conceder crédito a clientes cuja capacidade de reembolso é instável.

Num outro estudo empírico, ainda sobre o Leste europeu, Kattai (2010) analisa o risco de crédito do setor bancário da Estónia. Nesta análise o autor procura proporcionar a perceção acerca de dois aspetos: como as condições económicas podem afetar a capacidade dos clientes em fazer face às suas responsabilidades e, por outro lado, como isso pode afetar os portefólios detidos pelos bancos. O autor, contrariamente aos estudos anteriores recorre simultaneamente a duas componentes relacionadas com as perdas bancárias, por um lado o crédito vencido e por outro as provisões relacionadas com as perdas alusivas a empréstimos, sendo que a segunda é usada como função da primeira. No estudo do setor bancário da Estónia foram estudadas além de variáveis já referidas, uma variável, designada de taxa de reciclagem, que diz respeito aos contratos de crédito que foram contabilizados no período anterior como crédito vencido mas que se tornaram novamente operacionais, quer através da reestruturação do financiamento quer por o cliente voltar a ter capacidade para o liquidar.

Neste estudo Kattai (2010) conclui que as condições do ambiente macroeconómico têm uma forte influência nos portefólios bancários, nomeadamente na sua qualidade, sendo a evolução do PIB o fator com maior destaque, no que diz respeito à sua capacidade de influenciar a possibilidade dos clientes em fazer frente ao seu serviço de dívida, tendo a mesma influência que a referida no estudo anterior. Contrariamente, as flutuações da taxa de juro real não se demonstraram tão relevantes na amostra.

Estudos um pouco mais alargados, analisando simultaneamente vários países, são as pesquisas de Bohachova (2008), Nkusu (2011), Mileris (2012) e Castro (2013). Portugal é, em todos estes estudos, objeto de análise.

Mileris (2012) e Castro (2013) centram-se exclusivamente em países europeus, enquanto Nkusu (2011) apesar de a maioria do seu estudo se tratar de países pertencentes à Europa estão também presentes países de outros continentes. Dos estudos empíricos acima mencionados que incluem Portugal nas suas análises o de Bohachova (2008) é aquele com um conjunto de países maior, sendo que inclui países pertencentes e não pertencentes à OCDE⁷.

⁷ Organização para a cooperação e desenvolvimento económico.

A hipótese de os choques macroeconómicos negativos conduzirem ao aumento de crédito malparado e simultaneamente ao aumento da proporção de créditos de cobrança duvidosa de um determinado banco é testado no estudo de Mileris (2012). O autor propõe-se a desenvolver um modelo estatístico que permita prever a proporção de crédito vencido e de cobrança duvidosa.

Neste caso são estudados as condições macroeconómicas de 22 países da União Europeia. Estes 22 países são divididos em três grupos, de acordo com as suas semelhanças em termos do índice individual relativamente ao aumento percentual de empréstimos problemáticos na banca. Para determinar esse índice o autor recorre a variáveis calculadas a partir de fatores macroeconómicos.

Na mesma linha surge o estudo de Nkusu (2011). É uma análise semelhante, mas relativa a 26 países economicamente desenvolvidos, entre 1998 e 2009. Os estudos de Mileris (2012) e Nkusu (2011) concluem que fatores como o PIB e a taxa de desemprego influenciam fortemente o risco de crédito. Por um lado o desacelerar da economia conduz ao emergir dos créditos concedidos com frágil capacidade de reembolso em momentos de expansão, levando ao aumento do risco de crédito. Do mesmo modo o aumento da taxa de desemprego torna a capacidade dos contraentes em fazer frente ao serviço de dívida mais fraca.

Bohachova (2008) toma para objeto de estudo países pertencentes e não pertencentes à OCDE.

Esta investigação permitiu concluir que o ciclo do produto tem um importante papel na evolução do risco de crédito. Isto porque os períodos de expansão, são muitas vezes acompanhados por um rápido crescimento dos empréstimos, que se revelam perdas em períodos de recessão. Simultaneamente, os resultados mostram que, contrariamente ao que poderia ser esperado, a tendência para os bancos se protegerem e reduzirem os riscos a que estão expostos varia de país para país. Países mais desenvolvidos tendem a manter e principalmente aumentar rácios de capital elevado durante períodos de expansão da economia, quando é mais fácil fazê-lo, minimizando assim as futuras perdas em períodos de recessão. Já os países não pertencentes à OCDE têm o comportamento oposto, aumentando os seus rácios de capital em períodos recessivos, o que segundo o autor pode ser explicado por uma redução substancial dos ativos ponderados pelo risco quando as perdas são elevadas.

O autor concluiu que elevadas taxas de inflação estão associadas a elevadas reservas de capital. Uma apreciação da moeda também apresenta ter um impacto negativo no risco bancário, apesar de não ser um impacto significativo. Já alterações nos termos de troca e nas taxas de juro não aparentam ter grande impacto.

Mais recentemente surge o estudo de Castro (2013) que analisa os impactos macroeconómicos no risco de crédito para um grupo de cinco países europeus, o grupo GIPSI (Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália). Esta investigação é executada com dados em painel e abarca períodos desde o primeiro trimestre de 1997 até o terceiro trimestre de 2011. Castro (2013) conclui que o risco de crédito é positivamente influenciado pelo crescimento do PIB, pelo desemprego, pela taxa de juro, pelo crescimento do crédito à economia e pela apreciação da taxa de câmbio. Por outro lado o crédito malparado é influenciado negativamente pelo índice de preços da habitação e pela bolsa de valores.

Neste estudo surge um dado importante, a introdução, nesta investigação, de uma variável dummy para distinguir o período referente à crise financeira.

O autor, tal como outros já citados, conclui que o risco de crédito nestes países é significativamente afetado pelo PIB, variando no mesmo sentido (quando PIB cresce, o risco de crédito sofre também um aumento). O risco de crédito também aumenta quando o índice de preços imobiliário, a taxa de desemprego, a taxa de juro, o crédito concedido à economia aumentam. Uma outra conclusão relevante é que o risco de crédito bancário é também significativamente afetado pela presença de uma crise financeira.

Pesola (2005), Ali e Dali (2010) realizaram estudos semelhantes, mas onde Portugal não foi estudado.

Pesola (2005) estudou empiricamente os setores bancários dos países Nórdicos, da Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha e Reino Unido. Neste estudo usa como variável dependente o rácio do crédito vencido no total dos empréstimos concedidos à economia.

Nesta pesquisa, através do método dos mínimos quadrados ordinários, os resultados mostram que elevados níveis de endividamento bem como choques macroeconómicos adversos têm um forte impacto nas perdas em que os bancos incorrem.

Ali e Dali (2010, por outro lado, fazem uma análise comparada entre dois países: Austrália e Estados Unidos da América (USA). Os autores cingem-se a estes dois países pela forma como estes foram atingidos pela crise financeira: por um lado a Austrália que saiu quase

ileza e por outro os USA que sofreram inúmeras represálias. Neste sentido procuram apurar quais as variáveis macroeconómicas importantes para cada um dos países e qual o resultado no crédito dos choques adversos. As taxas de juro de curto prazo, o PIB, e a dívida total são fatores com influência no risco de crédito comuns aos dois países. Já relativamente aos choques adversos os USA são mais sensíveis.

4.1.2 Determinantes macroeconómicas e específicas do risco de crédito

Por outro lado, estudos como os de Salas e Saurina (2002), Festic et al. (2011), Louzis et al. (2012), Abid et al. (2013) e Chaibi e Fiti (2015) combinam os dois tipos de determinantes: micro e macroeconómicas nas suas análises de crédito vencido (ver quadro 2). Na revisão do tema teórico não foi detetado nenhum estudo em que se analisasse as determinantes macroeconómicas e específicas do risco de crédito para Portugal.

Salas e Saurina (2002), Louzis et al. (2012), Abid et al. (2013) centram-se em análises individuais de países.

Louzis et al. (2012) procuram determinar qual o impacto dos fatores específicos de cada banco e as determinantes macroeconómicas no crédito malparado do setor bancário grego. Neste estudo são usados dados relativos aos nove maiores bancos gregos entre o primeiro trimestre de 2003 e o último trimestre de 2009. Nesta análise os autores estudam separadamente o impacto da taxa de crescimento do PIB, da taxa de desemprego, e da taxa de juro real nos empréstimos aos consumidores, às empresas e nos empréstimos hipotecários.

Com uma análise análoga, surge Abid et al. (2013), analisando a qualidade dos empréstimos. Neste estudo usam dados em painel para fazer a investigação a 16 bancos da Tunísia.

Louzis et al. (2012) e Abid et al. (2013) concluíram que variáveis macroeconómicas como a taxa de crescimento real do PIB, a taxa de desemprego e de inflação, as taxas de juro e a dívida pública têm uma forte influência sobre o nível de crédito vencido do país.

Quadro 1 – Resumo da literatura determinantes macroeconómicas

Autores	Amostra E Período	Variável dependente	Variáveis independentes principais	Método	Resultados principais
Jakubík (2007)	República Checa 1997Q1 A 2005Q3	Rácio do Crédito vencido no total do crédito concedido	Taxa de crescimento do PIB, taxa de câmbio real efetiva, taxa de desemprego, inflação e percentagem de empréstimos face ao PIB	Modelo de Merton a um fator	A taxa de juro e crescimento do PIB são os fatores mais influentes no crédito malparado.
Aver (2008)	Eslovénia 1995 A 2002	Rácio do Crédito vencido no total do crédito concedido	Inflação, desemprego, juros, câmbio, crescimento do PIB, bolsa de valores e rácio importações sobre exportações.	Método de regressão linear	O risco de crédito é muito afetado pelo desemprego, da taxa de juro de curto e longo prazo e da bolsa de valores.
Bohachova (2008)	120 Países entre eles Portugal 2001 A 2005	Variáveis independentes: Tier 1 e Tier 2 de capital como percentagem de ativos ponderados pelo risco e relação entre capital e ativos de risco	Taxa crescimento PIB, taxa desemprego, taxa de juro, taxa de câmbio, termos de troca, taxa de inflação, seguro de depósito, concentração no setor bancário	Dados em painel, modelo de efeitos mistos	O PIB tem uma forte influência. Os países da OCDE tendem a manter rácios de capital mais elevados durante períodos de expansão, já os restantes tendem a ter uma atitude inversa.
Kattai (2010)	Estónia 2003 A 2009	Rácio do Crédito vencido no total do crédito concedido	PIB, desemprego, inflação, taxa de juro	Modelo VAR	Grande influência do produto e da taxa de juro no crédito malparado
Mileris (2012)	22 países europeus 2008 A 2010	Rácio do Crédito de cobrança duvidosa e vencido no total do crédito concedido	Taxa de desemprego de longo prazo, despesa das famílias por habitante, rendimentos das famílias por habitante, despesa pública por habitante, inflação, PIB, importações e exportações por habitante	Regressão Logística, análise fatorial e modelo Probit para os clusters. Modelo de regressão múltipla e polinomial para o cálculo dos índices.	O montante de créditos de cobrança duvidosa e de crédito vencido é fortemente influenciado pelos fatores macroeconómicos

Quadro 1 – Resumo da literatura determinantes macroeconómicas

Autores	Amostra E Período	Variável dependente	Variáveis independentes principais	Método	Resultados principais
Nkusu (2011)	20 Países europeus, 2 americanos e 2 asiáticos 1998 A 2009	Rácio do Crédito vencido no total do crédito concedido	Taxa crescimento do PIB, desemprego, índice de preços da habitação, inflação, preço das ações, taxa de câmbio, crédito ao setor privado, taxa de juro	VAR (modelo autorregressivo)	Conclui que fatores como o PIB e o desemprego são os fatores que têm uma maior influencia no crédito malparado
Castro (2013)	GIPSI (Grécia, Itália, Portugal, Espanha e Irlanda) 1997Q1 a 2011Q3	Rácio do Crédito vencido no total do crédito concedido	Taxa crescimento PIB, taxa desemprego, taxa de juro de curto e longo prazo, spread entre a taxa de juro de longo e curto prazo; Crédito concedido à economia, inflação, taxa cambio real efetiva, índice de preços da habitação, índice bolsa de valores, e dummy para crise financeira	Modelo dinâmico de dados em painel, método GMM a dois passos, tem em conta o impacto do tempo na estrutura de risco de crédito	O risco de crédito é afetado pelo crescimento do PIB, taxa de câmbio real, taxa de juro, de desemprego, índice preços da habitação, crédito concedido à economia e pela recente crise.
Ali e Dali (2010)	Austrália e USA 1995Q1 A 2009Q2	Rácio do Crédito vencido no total do crédito concedido	Taxa de juro, taxa de crescimento do PIB, dívida pública face ao PIB; produção industrial	Regressão Logit	O conjunto de variáveis estudadas têm um impacto diferente na taxa de incumprimento dos dois países. Os dois países são afetados pelo PIB, taxa de juro de curto prazo, e pela dívida total. Os USA são mais vulneráveis a choques macroeconómicos adversos.

Tal como já referido variáveis como o PIB, o desemprego, a taxa de juro influenciam positivamente o nível de risco de crédito. A dívida pública tem o mesmo efeito no risco de crédito. À medida que a dívida pública aumenta a confiança dos investidores diminui e consequentemente a taxa de juro tende a aumentar, gerando um aumento do risco de crédito. A inflação é igualmente apresentada como tendo um impacto positivo no crédito vencido ao diminuir o rendimento real dos devedores, diminuindo a sua capacidade de reembolso.

Mas os problemas do risco de crédito, segundo os autores são também justificados por fatores particulares de cada banco, nomeadamente aspetos como a eficiência, performance e má gestão, contribuindo assim para uma explicação adicional. Sugerindo ainda que estes fatores devem servir como indicadores chave para as autoridades reguladoras, de forma a estas intervirem a fim de evitar o seu aumento

Os resultados empíricos sugerem que os efeitos das variáveis estudadas dependem do tipo de crédito em causa, sendo os empréstimos a particulares mais sensíveis às taxas aplicadas aos empréstimos, enquanto que os empréstimos concedidos a empresas são mais suscetíveis a alterações da taxa de crescimento real do PIB.

Por outro lado, Chaibi e Ftiti (2015) optam por determinar o impacto das variáveis macroeconómicas e específicas de dois países pertencentes à OCDE: França e Alemanha. Os autores optam por efetuar um estudo comparativo destes países devido às diferenças dos seus sistemas financeiros. Segundo os autores o sistema financeiro da França está mais próximo de um sistema baseado no mercado⁸, enquanto o sistema financeiro alemão é um sistema baseado em bancos. Tal como em estudos anteriores, o PIB tem uma forte e positiva influência no crédito de cobrança duvidosa. Constando-se que este efeito é mais forte no sistema bancário francês. Da mesma forma, à medida que a taxa de desemprego aumenta, aumenta o risco de crédito, sendo este aumento mais sentido, uma vez mais na França. Uma razão apontada para este resultado é o facto de o setor bancário alemão conceder mais empréstimos a setores com indivíduos altamente qualificados, e por isso com menor probabilidade de serem despedidos, decorrendo daí uma maior resistência ao aumento da taxa de desemprego na Alemanha.

Um estudo mais amplificado é o de Festic et al. (2011) que analisa um conjunto de cinco novos países membros da união europeia (Lituânia, Estónia, Roménia, Bulgária e Letónia).

⁸ O sistema bancário baseado nos bancos tem o crédito bancário como fonte principal do financiamento das empresas. O sistema bancário português é um sistema baseado em bancos. Ver Santos (2001).

Os autores concluem que o crescimento do crédito e o desacelerar do ciclo económico conduzem ao aumento do rácio de crédito vencido.

4.1.3. Breve conclusão

Da revisão da literatura retira-se que existe um conjunto de variáveis que são habitualmente utilizadas no estudo do impacto do ambiente macroeconómico no risco de crédito.

A taxa de juro é a variável com impacto imediato. As flutuações neste mercado afetam diretamente os lucros bancários. Bohachova (2008) realça que elevadas taxas de juro tendem a exacerbar o problema de seleção adversa conduzindo ao aumento do risco de crédito.

Com grande impacto surge também o PIB, usado como um instrumento de controlo e avaliação das flutuações dos ciclos económicos. Quando a economia se encontra num ciclo expansivo, a taxa de empréstimos de cobrança duvidosa é geralmente baixa, pois os indivíduos usualmente dispõem de meios para liquidar as suas dívidas. Contrariamente, em fases de recessão, a taxa de empréstimos de difícil cobrança aumenta. Este aumento resulta, segundo Castro (2013), da concessão de crédito a agentes de baixa qualidade em momentos de expansão. A inflação, por outro está normalmente associada a elevadas taxas de juro, sendo por isso um fator capaz de agravar os encargos financeiros dos agentes económicos que contraíram crédito. Contudo, como diz (Castro, 2013) o impacto da inflação é ambíguo. Por um lado pode tornar o serviço de dívida mais fácil ao reduzir o valor real dos empréstimos que estão em vigor, por outro lado, enfraquece a capacidade dos devedores em pagar as suas dívidas ao reduzir o seu rendimento real.

Um aumento da taxa de desemprego vai ter implicações no rendimento do qual os indivíduos dispõem. Consequentemente os níveis de incumprimento tendem a ser mais elevados. Por outro lado variáveis como a taxa de câmbio e a taxa de crescimento do crédito à economia permitem respetivamente efetuar um controlo da competitividade externa (Castro, 2013; Nkusu, 2011 e Chaibi e Ftiti, 2015) e dar-nos uma perspetiva sobre a facilidade com que a economia acede ao crédito, Kattai (2010).

Os termos de troca permitem mensurar o maior ou menor poder de compra do país. No momento em que as importações são mais dispendiosas comparativamente às exportações

o poder de compra desse país está diminuído. Pode-se esperar um aumento do risco do crédito quando se verifica uma queda nos termos de troca (Bohachova, 2008).

Carey (1998, p.1382) argumenta que o estado da economia é o fator sistemático mais importante que diversifica o portefólio e as taxas de perda. Em geral, e como a literatura confirma, existem fortes interações de influência entre o ambiente macroeconómico e o risco de crédito. Pela sua relevância existem advertências políticas retiradas dos estudos empíricos que devem servir de base às autoridades reguladoras. Com este intuito Castro (2013) e Chaibi e Ftiti (2015) finalizam as suas análises com uma advertência política, enfatizando que programas que permitam a estimulação da competitividade de um país, nomeadamente através do aumento da produtividade, de um crescimento sustentado com políticas de empregabilidade, e uma redução da dívida pública são fatores fundamentais para reverter as tendências destas economias.

4.2. Análise do crédito vencido da Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega

4.2.1. Principais indicadores económicos do país

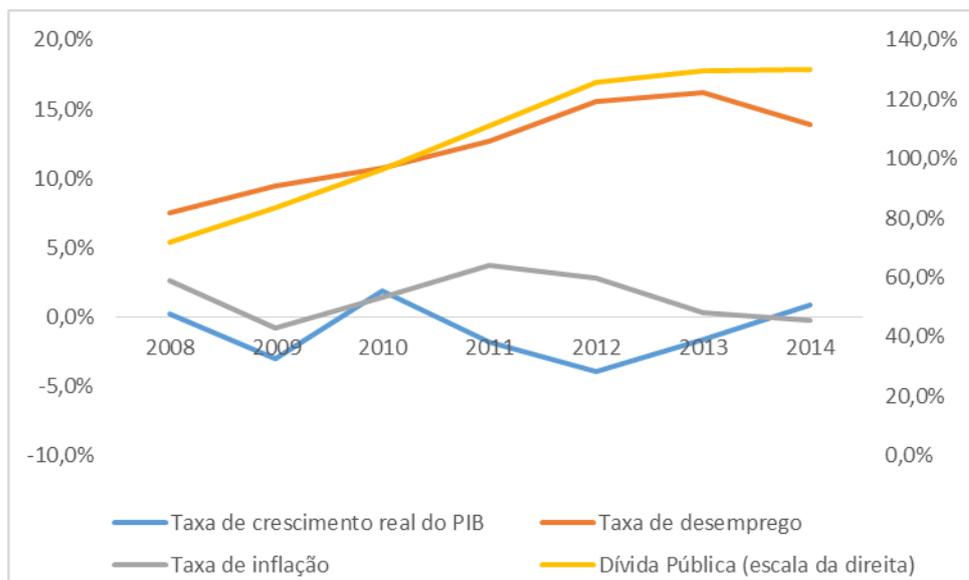
Em Portugal nos últimos anos, denota-se uma evolução inconstante e frágil do crescimento do PIB, que inicia uma trajetória descendente desde 2010, com quedas da atividade económica durante vários anos consecutivos, que se verificou até 2012 (ver gráfico 1). A partir de meados de 2012 inicia uma tímida melhoria, apontando para uma recuperação gradual da economia portuguesa, com um crescimento do produto de 0,9 por cento em 2014 (BdP, 2015). Em 2014 o aumento da atividade económica foi enriquecida pela diminuição da taxa de desemprego, que vinha a aumentar desde 2008, tendo registado uma descida de 2,3 pontos percentuais de 2013 para 2014, permanecendo, no entanto em níveis bastante elevados.

A dívida pública em percentagem do PIB apresentou ao longo do período em análise uma trajetória ascendente. No fim do ano 2008 a dívida pública remontava a 71,7 por cento do PIB. Já no final de 2014 a dívida pública ascendia a 130,2 por cento do PIB (atingindo 225,3 mil milhões de euros), o que constitui um aumento face aos 129,7 por cento registados no final de 2013, cerca de 219,6 mil milhões de euros (BdP, 2014).

Quadro 2 – Resumo da literatura determinantes macroeconómicas e específicas

Autores	Amostra E Período	Variável dependente	Variáveis independentes principais	Método	Resultados principais
Festic et al. (2011)	Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia 2007 A 2009	Rácio do Crédito vencido no total do crédito concedido	Variáveis macroeconómicas: inflação, dívida pública em percentagem do PIB, PIB, dívida externa em percentagem do PIB, saldo orçamental em percentagem do PIB. Variáveis específicas: solvabilidade, rendibilidade do ativo, rácio do crédito face aos depósitos, concentração bancária, rating Moodys / S&P 2008	Dados em painel, método dos efeitos aleatórios	Concluem que mudanças no ambiente macroeconómico se traduzem em alterações na qualidade da carteira de crédito dos bancos. Boas condições macroeconómicas traduzem-se um menor rácio de crédito vencido.
Louzis et al. (2012)	Grécia 2003 A 2009	Rácio do Crédito vencido no total do crédito concedido	Variáveis macroeconómicas: Taxa crescimento do PIB, taxa de desemprego, dívida pública. Variáveis específicas: Rendibilidade sobre os capitais próprios, má gestão, tamanho do banco, rácio de solvabilidade, taxa de endividamento, concentração	Modelo de dados em painel método dos momentos generalizado (GMM) a um passo	Os problemas relativos a crédito são maioritariamente explicados por fatores macroeconómicos como PIB, desemprego, taxa de juro e dívida pública. Por outro lado são também explicados por fatores específicos como eficiência e performance.
Abid et al. (2013)	Tunísia 2003 A 2012	Rácio do Crédito vencido das famílias no total do crédito concedido	Variáveis macroeconómicas: Taxa de crescimento do PIB, inflação, taxa de juro. Variáveis específicas: solvabilidade, eficiência, rendibilidade dos capitais próprios, tamanho do banco	Modelo dinâmico de dados em painel, GMM	O PIB, a inflação e a taxa de juro têm forte influência no crédito vencido. Fatores como a performance e a ineficiência dão uma explicação adicional à evolução do crédito malparado.
Chaibi e Ftiti (2015)	Alemanha e França 2005 a 2011 147 bancos franceses e 133 bancos alemães	Rácio do Crédito vencido no total do crédito concedido	Variáveis específicas: ineficiência, provisões crédito vencido, rácio de solvabilidade, lucros e tamanho do banco Variáveis macroeconómicas: Inflação, taxa crescimento do PIB, taxa de câmbio, desemprego	Modelo dinâmico de dados em painel, GMM	Todas as variáveis afetam os dois países à exceção da inflação. Pode dever-se ao facto de pertencerem à zona euro. A França é mais suscetível às determinantes específicas dos bancos. Os resultados fazem sobressair o impacto do tipo de economia no risco de crédito.

Gráfico 1 - Indicadores macroeconómicos portugueses



Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE: <https://data.oecd.org/>, acessido em 10 de Junho de 2015. Notas: Taxa de crescimento real do PIB – variação homóloga; Taxa de desemprego – taxa de crescimento anual; Taxa de inflação - taxa de crescimento anual Dívida Pública - Dívida pública em percentagem do PIB.

De acordo com o BdP, esta evolução da dívida pública a partir do segundo trimestre de 2011 é explicada essencialmente pelos empréstimos obtidos pelo Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

A taxa de inflação registou um aumento até 2011, ano a partir do qual entra numa descida contínua, entrando inclusivamente em valores negativos em 2014.

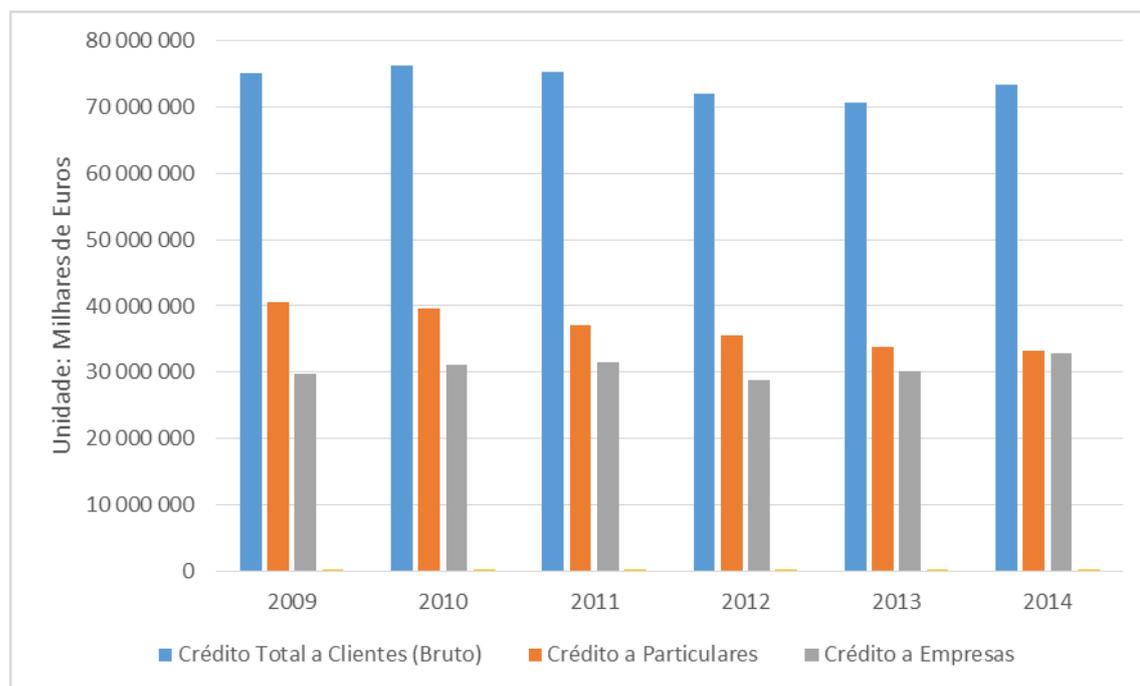
A conjuntura composta pela evolução destes indicadores é propícia ao aumento do crédito vencido das instituições financeiras, nomeadamente no que diz respeito à diminuição da atividade económica e consequente elevada taxa de desemprego que conduzem ao aumento do crédito malparado. Por outro lado, a diminuição da taxa de inflação, que adia decisões de investimento e consumo, bem como a dívida pública elevada tem a mesma influência, de aumento do crédito vencido. No caso português a dívida soberana é um fator adicional que contribui para o aumento do crédito malparado.

4.2.2. Evolução do Crédito concedido

O crédito concedido pela T.S.A.B.T. sofreu uma queda a partir de 2010, tendo atingido o mínimo em 2013, voltando a aumentar em 2014 (ver gráfico 2). O crédito a

Particulares segue a mesma tendência, tendo diminuído em quase 10 milhões de Euros de 2009 para 2014. Entre 2013 e 2014 manteve-se praticamente estável. Já o crédito a empresas não segue a tendência do crédito em geral, mantendo-se, à exceção de 2014, abaixo do crédito a particulares.

Gráfico 2- Crédito concedido pela T.S.A.B.T. entre 2009 e 2014



Fonte: Elaboração própria com base em dados do BdP: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/>, acessido em 4 de Junho de 2015, e nos Relatórios de Contas da T.S.A.B.T.

O crédito a particulares é maioritariamente composto pelo crédito à habitação, correspondendo, na maioria dos anos a cerca de metade do crédito concedido a particulares, sendo que, em 2013 e 2014 ultrapassa esse valor. A segunda componente com mais peso diz respeito ao cartão de crédito e crédito pessoal.

No crédito concedido a empresas a principal componente, correspondendo em todos os anos em questão a mais de metade do crédito concedido, diz respeito a crédito ao investimento e apoio à tesouraria, nomeadamente através de crédito para aquisição de fatores de produção. O montante concedido manteve-se praticamente constante no período em questão.

4.2.3. Crédito Vencido da T.S.A.B.T.

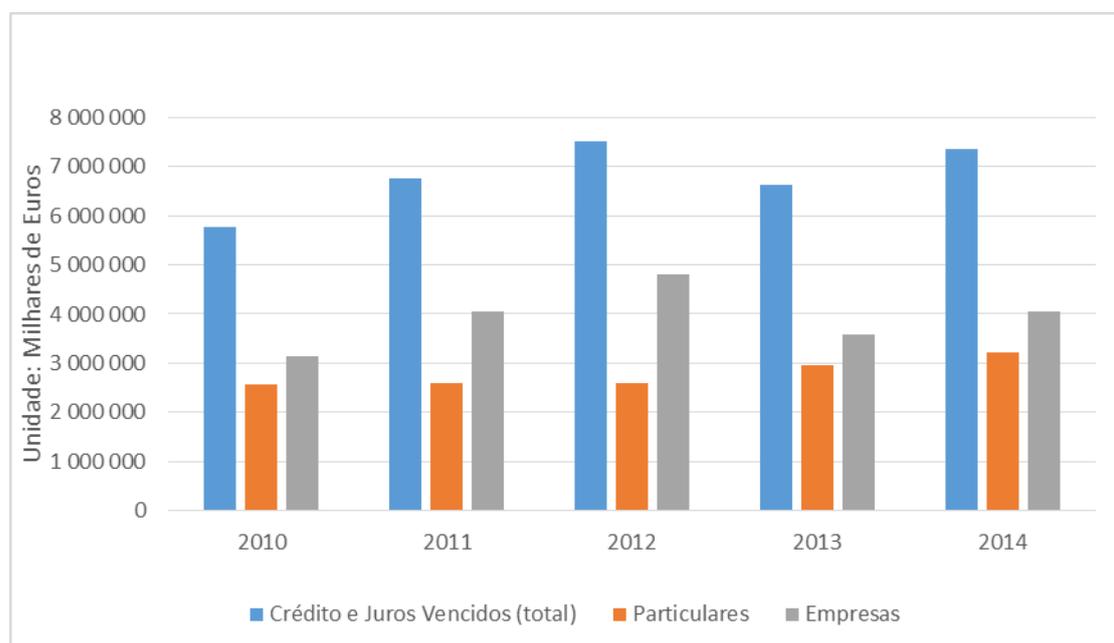
O Crédito e Juros Vencidos totais da T.S.A.B.T. aumentou de 2010 a 2012, (ver gráfico 3), tendo diminuído em 2013, para voltar a aumentar em 2014, atingindo quase os valores de 2012. O ano de 2012 foi o que registou um maior nível de crédito vencido, tendo contribuído para isso maioritariamente as empresas.

Constata-se que no período em questão (2010 a 2014) a maior contribuição para o crédito vencido e juros vencidos provém das empresas. O crédito e juros vencidos das empresas atingiu o seu máximo em 2012 (próximo dos 5 milhões de euros), tendo registado uma diminuição considerável em 2013. Contudo volta a aumentar em 2014 mas não para valores tão elevados, quanto os que se registaram em 2012.

Já o crédito vencido dos particulares manteve-se praticamente estável, sofrendo contudo um ligeiro aumento em 2013 e 2014.

Esta evolução do crédito vencido denota a fraca conjuntura macroeconómica atual.

Gráfico 3- Crédito e Juros Vencidos T.S.A.B.T.

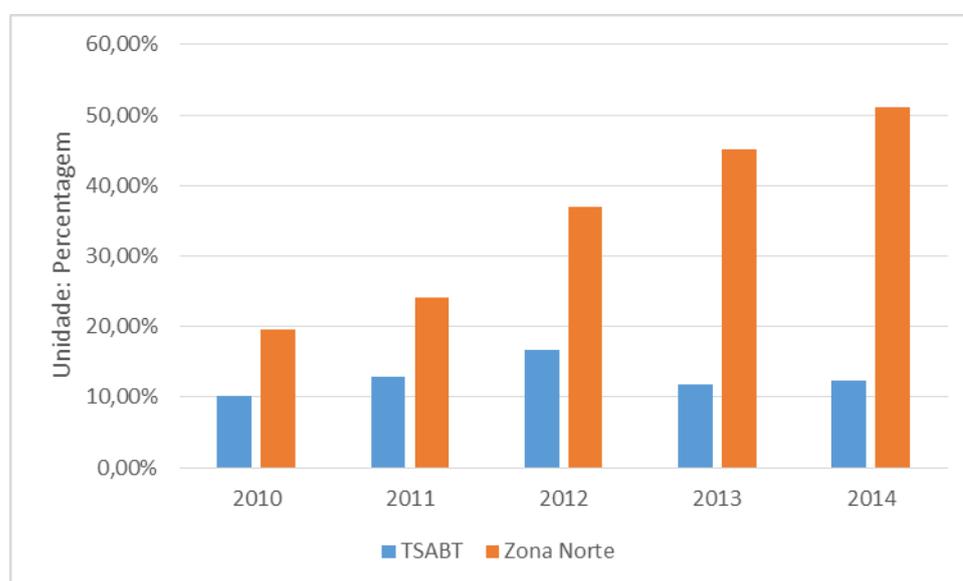


Fonte: Elaboração própria com base em dados do BdP: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/>, acessado em 4 de Junho de 2015, e nos Relatórios de Contas da T.S.A.B.T.

Estabelecendo uma análise comparativa entre a T.S.A.B.T. relativamente à zona geográfica em que esta se encontra, verificamos que no período em análise esta caixa se encontra

numa posição de destaque. A T.S.A.B.T. registou sempre rácios de crédito vencido relativos a crédito ao consumo e outros fins bastante abaixo dos rácios da zona Norte (ver gráfico 4). A região Norte, desde 2010 que se depara com o aumento deste rácio de crédito vencido. Verifica-se que de 2010 para 2014 o nível de incumprimento quase duplicou no que diz respeito ao crédito ao consumo e outros fins. Contudo, o nível de crédito concedido face a outras instituições de crédito é também substancialmente menor.

Gráfico 4- Rácio de Crédito Vencido em crédito ao consumo e outros fins da T.S.A.B.T. face à zona Norte



Fonte: Elaboração própria com base em dados do BdP: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/>, acedido em 4 de Junho de 2015, e nos Relatórios de Contas da T.S.A.B.T.

O rácio de crédito vencido nos empréstimos à habitação (ver Anexo III gráfico 1) é aquele que regista valores mais baixos da presente análise, quer ao nível da região Norte, quer ao nível da T.S.A.B.T., sendo que apesar de se registar um aumento na zona Norte, este aumento não se revela tão significativo como em outros rácios.

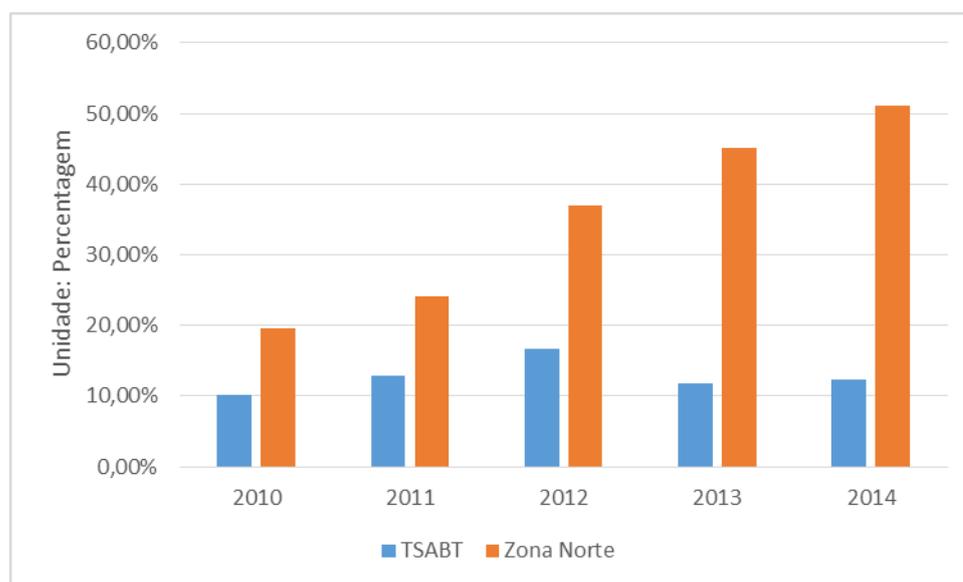
Comparativamente ao panorama nacional, o rácio do crédito vencido do crédito à habitação está muito próxima do panorama da zona Norte.

No que diz respeito ao rácio de crédito vencido das empresas a situação é bastante semelhante com a T.S.A.B.T. com valores muito mais baixos (ver gráfico 5), verificando-

se um aumento constante ao longo dos anos, sendo o ano de 2014 o que regista o maior rácio, aproximadamente de 50%, contrastando com o baixo rácio registado em 2010.

Contrariamente à tendência da zona Norte, a T.S.A.B.T., regista um decréscimo deste rácio a partir de 2012, ficando em 2014 muito próximo do valor assinalado em 2010.

Gráfico 5 - Rácio do Crédito Vencido das empresas da T.S.A.B.T. face à zona Norte



Fonte: Elaboração própria com base em dados do BdP: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/> e nos Relatórios de Contas da T.S.A.B.T.

Secção 5. Considerações finais

5.1. Análise crítica do estágio e Conclusão

O objetivo deste estágio passou por uma maior familiarização com o funcionamento do sistema financeiro, o que me permitiu conhecer o circuito bancário, desde o atendimento ao público, passando pela análise de crédito, redação de contratos e parte financeira da própria entidade.

No que diz respeito aos conhecimentos por mim adquiridos no decorrer destes quatro meses, o facto de ter realizado o estágio numa sede do CA, permitiu-me ter uma

perspetiva alargada do funcionamento do setor bancário. Poder conciliar conhecimentos teóricos com a prática do funcionamento diário de um banco foi uma mais-valia para a minha evolução profissional. Adicionalmente trabalhar com elevada responsabilidade e ética profissional foram outras competências adquiridas.

É importante referir que os conhecimentos adquiridos ao longo do meu percurso académico, nomeadamente através de cadeiras como contabilidade financeira I e II, que nos permitem ter um maior à vontade com instrumentos financeiros, módulo de informática I e II, que nos auxiliam a interagir com as ferramentas tecnológicas com maior facilidade, são muito importantes. No meu caso é também de salientar a importância dos conhecimentos retirados de cadeiras como economia das instituições e sistemas financeiros e de economia financeira e do risco, que permitem uma maior familiarização com assuntos relacionados com o sistema financeiro. Estes foram conhecimentos que me foram úteis para a realização de diversas atividades.

Elaborar a revisão da literatura proporcionou-me uma melhor perceção da evolução do crédito vencido português, do estado do sistema financeiro, podendo transpor essa realidade também para a T.S.A.B.T..

A influência de variáveis macroeconómicas como o PIB, a taxa de inflação, de desemprego, e a dívida pública foram as que ao longo dos estudos feitos retrataram forte impacto no crédito vencido. No caso português a dívida soberana é um fator adicional que contribui para o aumento do crédito malparado.

A economia quando se encontra em períodos recessivos, o aumento da taxa de desemprego, da dívida pública e da dívida soberana provocam o aumento do crédito vencido das instituições financeiras.

O crédito vencido da T.S.A.B.T. seguiu a tendência dos indicadores macroeconómicos económicos do país, verificando-se o seu aumento essencialmente a partir de 2011, momento em que Portugal mergulha em grandes dificuldades económicas e financeiras.

Por fim fazendo uma reflexão do meu contributo à T.S.A.B.T. a minha presença foi adaptada às necessidades da entidade, sendo que muitas vezes isso permitiu o agilizar de tarefas. Fui capaz de criar valor para a entidade através do empenho e motivação que demonstrei na execução das diversas tarefas que me foram propostas.

Secção 6. Bibliografia

- Barajas, Adolfo; Dell' Ariccia, Giovanni; Levchenko, Andrei (2007) "Credit booms: the good, the bad and the ugly" *Fundo Monetário Internacional*.
- Abid, Lobna; Ouertani, Med, N.; Zourani-Ghorbel, Sonia (2014) "Macroeconomic and bank-specific determinants of household's non-performing loans in Tunisia: a dynamic panel data" *Procedia Economics and Finance*.13, 58-58.
- Ahamad, Nor, H.; Ariff, Mohamed (2007) "Multi-country study of bank credit risk determinants" *Internacional Journal of Banking and Finance*. 5(1), 135-152.
- Ali, Asghar; Dali, Kevin (2010) "Macroeconomic determinants of credit risk: recente evidence from a cross-country study" *Internacional Review of Financial Analysis*. 19, 165-171.
- APB (2012), *Boletim informativo*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bancos, 47, Julho.
- APB (2013), *Overview do sistema bancário português*: Associação Portuguesa de Bancos, Abril.
- APB (2013), *Overview do sistema bancário português*: Associação Portuguesa de Bancos, Setembro.
- Aver, B., 2008. An empirical analysis of credit risk factors of the Slovenian banking system. *Managing Global Transitions*. 6(3), 317-334.
- Banco de Portugal (BdP) (2014) *Relatório de estabilidade financeira*. Lisboa: Banco de Portugal, Anexos (series), Novembro.
- Banco de Portugal (BdP) (2015) *Notas de informação estatística*. Lisboa: Banco de Portugal, 7.
- Banco de Portugal (BdP) (2015) *Projeções para a economia portuguesa: 2015-2017*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Basel Committee on Banking Supervision (2001) *Risk management practises and regulatory capital cross-sectoral comparison*. Basel Committee on Banking Supervision.
- Berger, Allen N.; DeYoung, Robert (1997) "Problem loans and cost efficiency in commercial banks" *Journal of Banking & Finance*. 21, 849-870.
- Bohachova, O., 2008. The impact of macroeconomic factors on risks in the banking sector: a cross-country empirical assessment. IAW Discussion Papers, 44.
- Castro, Vítor (2013) "Macroeconomics determinants of the credit risk in the banking system: the case of GIPSI" *Economic Modelling*. 31, 672-683.

- Carey, Mark (1998) "Credit risk in private debt portfolios" *Journal of Finance*. 53, 1363-1387.
- Chaibi, Hasna; Ftiti, Zied (2015) "Credit risk determinants: evidence from a cross-country study" *Research in International Business and Finance*. 33, 1-16.
- Crédito Agrícola (2011), *100 anos de história*. Lisboa: Crédito Agrícola.
- Festic, Mejra; Kavkler, Alenka; Repina, Sebastijan (2011) "The macroeconomic sources of systemic risk in the banking sectors of five new EU member state" *Journal of Financial Services Research*. 35, 310-322.
- Hume, Michael; Sentence, Andrew (2009) "The global credit boom: challenges for macroeconomics and policy". *Bank of England Discussion Paper 27*.
- Jakubík, Petr (2007) "Macroeconomic environment and credit risk" *Czech Journal of Economics and Finance*. 57, 60-78.
- Kattai, Rasmus (2010) "Credit risk model for the Estonian banking sector". *Eesti Pank Bank of Estonia Working Paper Series 1/2010*.
- Louzis, Dimitrios P.; Metaxas, Vasilios L.; Vouldis, Angelos T.; (2012) "Macroeconomic and bank-specific determinants of non-performing loans in Greece: a comparative study of mortgage, business and consumer loan portfolios" *Journal of Banking & Finance*. 36, 1012-1027.
- Mileris, Ricardas (2012) "The effects of macroeconomic conditions on loan portfolio credit risk and banking system interest income" *Enzinerine Ekonomika, engeneering economics*. 23(5), 496-504.
- Nkusu, Mwanza (2011) "Nonperforming loans and macrofinancial vulnerabilities in advanced economies" *International Monetary Fund WP/11/161*.
- Pesola, Jarmo (2005) "Banking fragility and distress: na econometric study of macroeconomic determinants" *Bank of Finland Research Discussion Papers*. 13.
- Podpiera, Jirí; Weill, Laurent (2008) "Bad luck or bad management? Emerging banking market experience" *Journal of Financial Stability*. 4(2), 135-148.
- TSABT (2009), *Relatório e Contas*. Felgueiras: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.
- TSABT (2010), *Relatório e Contas*. Felgueiras: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.
- TSABT (2011), *Relatório e Contas*. Felgueiras: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.
- TSABT (2012), *Relatório e Contas*. Felgueiras: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.
- TSABT (2013), *Relatório e Contas*. Felgueiras: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

TSABT (2014), *Relatório e Contas*. Felgueiras: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

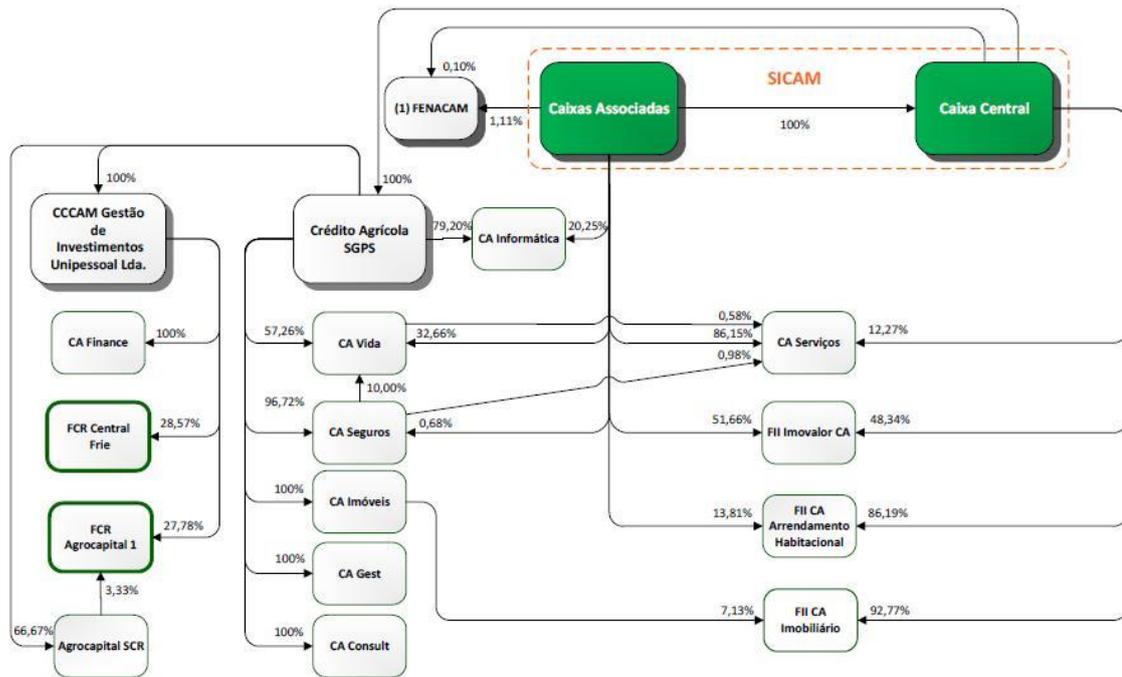
Salas, Vicent; Saurina, Jesús (2002) “Credit risk in two institutional regimes: Spanish commercial and saving banks” *Journal of Financial Services Research*. 22(3), 203-224.

Silva, Eduardo Sá (2013) *Gestão Financeira, análise de fluxos financeiros*. Porto: Vida Económica – Editorial, S.A..

Anexos

Anexo I

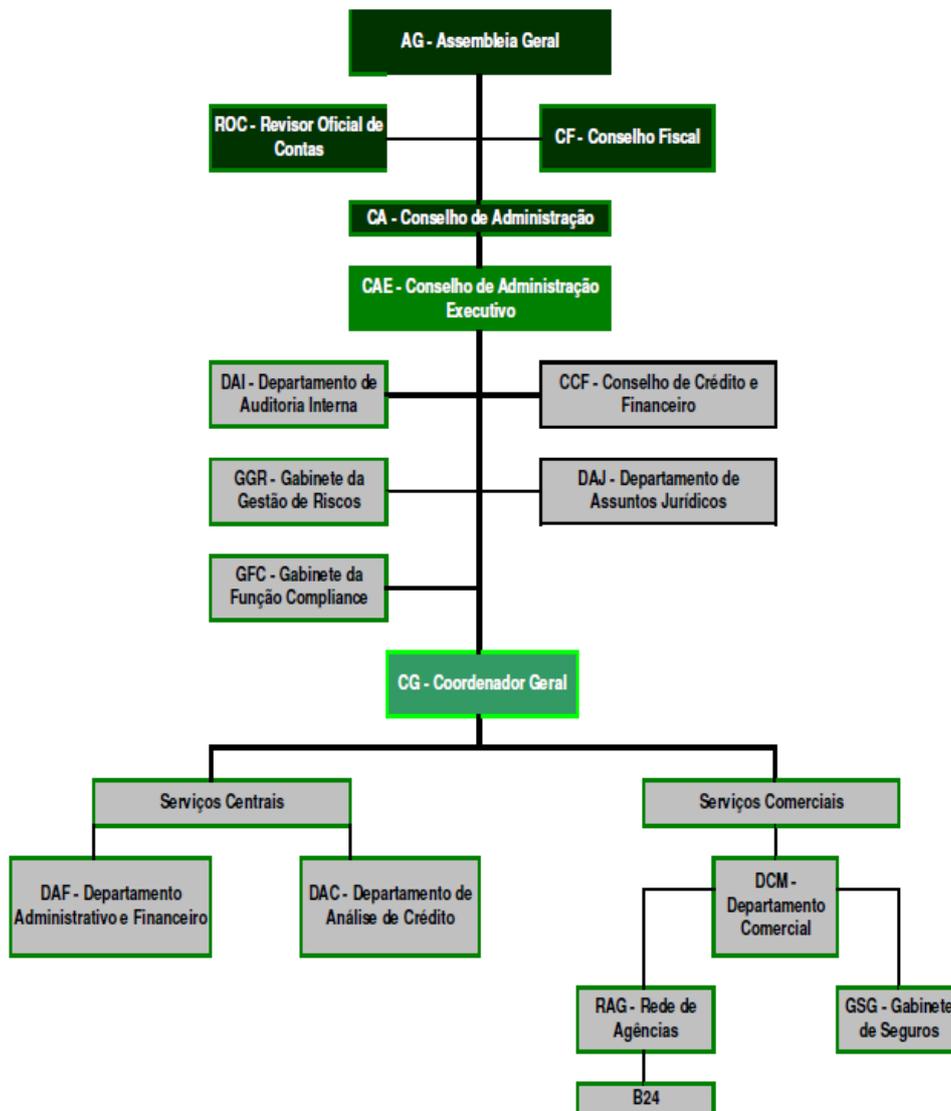
Figura I.I - Organograma geral do CA



Fonte: Crédito Agrícola (31 de Dezembro de 2014). *Estrutura do Grupo*. Acesso em 18 de Março de 2015, disponível em Crédito Agrícola:

<http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/EstruturadoGrupo/Organograma/>

Figura I.II – Organograma T.S.A.B.T.



Fonte: TSABT: Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega (2013) *Relatório e Contas*. Acesso em 18 de Março de 2015, disponível em Crédito Agrícola: <http://www.credito-agricola.pt/CAI/Institucional/Caixas/OfficeDetail?z=1320&s=1>

Figura I.III - Distribuição geográfica das agências



Fonte: TSABT: Terras do Sousa, Ave, Basto e Tâmega (2013) *Relatório e Contas*.

Acesso em 18 de Março de 2015, disponível em Crédito Agrícola:

<http://www.credito-agricola.pt/CAI/Institucional/Caixas/OfficeDetail?z=1320&s=1>

Anexo II

II.I. Conceitos úteis para as análises de crédito realizadas

A análise de risco foca-se essencialmente em dois tipos de indicadores, os indicadores qualitativos e os quantitativos.

Os indicadores quantitativos englobam determinados rácios financeiros. Contudo, torna-se necessário estabelecer limites no que toca à decisão de concessão de crédito centrada essencialmente em indicadores financeiros. A análise de um único rácio, de forma estática, isto é, isolado no tempo, não permite retirar informação útil e fazer uma correta avaliação de um negócio.

Assim, a análise quantitativa deve ter por base um estudo temporal da empresa. Simultaneamente, é conveniente ter em conta o rácio padrão (valor médio do setor) onde esta se insere, permitindo fazer uma análise comparada.

Rácio de liquidez geral

Este rácio obtém-se dividindo o ativo circulante (resulta da soma das dívidas de terceiros, depósitos bancários e caixa, existências e títulos negociáveis) pelo passivo circulante (soma de todas as dívidas a terceiros, de curto prazo).

A análise do valor deste rácio deve ter em conta as influências sazonais, e conseqüentemente se a empresa em questão é fortemente influenciada por estas. O ativo e o passivo circulantes aumentam quando há um crescimento do volume de negócios e decrescem quando este diminui, refletindo-se essas modificações no rácio.

Uma empresa que apresente um rácio de liquidez geral elevado (maior ou igual a 1) revela que existe uma alevantada proteção dos seus credores de curto prazo, sendo um indicador de que os montantes existentes em caixa, nas contas bancárias, bem como outros ativos circulantes detidos pela empresa, cobrem as dívidas de curto prazo, não incorrendo a empresa em elevados riscos de tesouraria.

Prazo médio de recebimentos

Fornece informação relativa ao número médio de dias que os clientes dispõem até realizar a liquidação das suas dívidas. Resulta da divisão das dívidas de clientes de curto prazo pela faturação. Este resultado é posteriormente multiplicado por 365 dias a fim de fornecer o prazo médio de recebimentos. Quando mais elevado o prazo médio de recebimentos mais alta a probabilidade da empresa vir a apresentar dificuldades na tesouraria.

Prazo médio de pagamentos

Este indicador inversamente ao anterior apresenta o número de dias que a empresa demora a pagar as dívidas que contraiu junto dos seus fornecedores.

De forma semelhante ao anterior é dado pela divisão das dívidas a fornecedores (de curto prazo) pelas compras diárias. Sendo após isto multiplicado pelos 365 dias.

De forma semelhante um prazo elevado demonstra um fundo de maneo débil.

Autonomia Financeira

Este rácio é dado pela divisão do capital próprio pelo ativo líquido. Determina a proporção de ativos que são financiados por capitais próprios.

“Não existem valores definidos para uma autonomia financeira apropriada mas é aceite que uma autonomia financeira inferior a 20% corresponde a uma exposição excessiva a capitais alheios” (Silva, 2013:182).

Quanto mais elevado o capital próprio e conseqüentemente menor o capital alheio maior o equilíbrio financeiro da empresa.

Rácio de endividamento

É dado pelo quociente entre o passivo e o ativo. Este indicador apura em que medida uma empresa utiliza capital alheio no financiamento das suas atividades, e varia entre 0% e 100%. Uma empresa que apresente um rácio próximo de 100% revela ser uma empresa fortemente endividada.

Rácio de Solvabilidade total

Este rácio é dado pelo quociente entre os capitais próprios e o passivo.

Quanto mais elevado o valor deste rácio, maior a solvabilidade apresentada pela empresa, pois maior será o peso dos capitais próprios na estrutura de financiamento.

2.2. Análise Económico-financeira de uma empresa

Recorrendo a um exemplo de uma análise realizada, referente a um pedido de crédito, cuja finalidade é apoio à tesouraria, no valor de 20.000€. Este pedido é feito por parte de uma empresa de transportes, por um prazo de 12 meses, tendo como garantias o aval dos sócios e cônjuges.

A análise da qualidade e capacidade dos recursos humanos da empresa é avaliada pela própria agência pelo contacto mais direto com os clientes, sendo que o exemplo se centrará na análise económico-financeira.

Para uma análise mais cuidada, esta caixa recorre ao relatório da Ignios referente à empresa (ver imagem 2.1). Início a análise observando-o; além das informações básicas acerca da empresa, este contém o nível de risco (score) da empresa. Este é um ponto-chave que tenho em conta. Nesta caso a empresa regista um risco baixo (seis em dez, sendo o score de dez o mais favorável). De seguida aprendi a estudar a evolução do volume de negócios, sendo que para esta empresa tem uma evolução favorável, apresentando um aumento na ordem dos 8%. O prazo médio de pagamentos da empresa (ver Anexo II.I) é 90 dias, significando que liquida as suas dívidas face aos seus clientes aproximadamente em três meses. Este prazo revela que a empresa não tem um fundo de maneio débil, principalmente comparado com o prazo médio de recebimentos, que é de 170 dias. É também um bom indicador o facto de o crédito de fornecedores ter diminuído de 2012 para 2013, apesar do volume de negócio ter aumentado. Nesta análise tive também em conta as dívidas de cobrança duvidosa, sendo que o seu aumento ao longo dos períodos não são um ponto favorável. Nesta empresa constata-se que as dívidas de cobrança duvidosa diminuíram para metade.

Dos rácios económico-financeiros começo por analisar a autonomia financeira. No exemplo é de 40,8%, pelo que mostra o equilíbrio financeiro bastante razoável da empresa. Do mesmo modo analisei sempre a solvabilidade (68,9%). Esta empresa apresenta uma boa solvabilidade pois os capitais próprios têm bastante peso no financiamento.

O resultado líquido é por si só um indicador de peso. Esta empresa de transportes apresenta um resultado líquido positivo e com uma evolução bastante favorável face ao ano anterior.

Contudo, tive sempre em conta, nas análises que realizei o resultado operacional. O número de empregados aumentou juntamente com o aumento do volume de negócios.

O rácio de liquidez geral que apresenta é de 287,21%, pelo que, sendo um valor superior a 100% revela que existe uma alevantada proteção dos seus credores de curto prazo.

A não existência de incidentes é também um fator a favor da empresa.

Relativamente à prestação de serviços é realizada na sua maioria para o mercado comunitário e para o interno.

Comparando com o setor a empresa está na maioria dos parâmetros de acordo com a média do setor.

Imagem II.I (continuação)

	<i>Dados Económico-Financeiros</i>		
	2013	2012	Var.
Volume de negócios	647.010	597.336	8,3%
Exportações	362.884	549.544	-34,0%
Importações			
Compras			
Fornecimentos e serviços externos	401.048	390.751	2,6%
Crédito de fornecedores	103.403	66.144	56,3%
Prazo médio pagamentos (Dias)	94	62	52,3%
Dívidas de clientes líquidas	287.414	97.116	195,9%
Dívidas de cobrança duvidosa	14.516	29.092	-50,1%
Prazo médio recebimentos (Dias)	170	59	187,0%
Investimento total (Ativo líquido)	535.087	388.081	37,9%
Capital próprio	218.214	182.707	19,4%
Autonomia financeira	40,8%	47,1%	-13,4%
Solvabilidade	68,9%	89,0%	-22,6%
Capital alheio remunerado	158.174	97.538	62,2%
Capital alheio (Passivo)	316.874	205.374	54,3%
Resultado líquido	35.506	13.002	173,1%
Resultado operacional antes de atividades não recorrentes e financeiras	48.578	26.145	85,8%
EBITDA recorrente	99.582	90.165	10,4%
EBITDA contabilístico	87.555	60.883	43,8%
Emprego (nº de Empregados)	10	8	25,0%

<i>Incidentes</i>	
Ações cíveis publicadas nos últimos 5 Anos	Não
Ações cíveis publicadas nos últimos 2 Anos	Não
Processo(s) de insolvência	Não
Processos de Revitalização (PER)	Não
Situação contributiva	Nesta data, a entidade NÃO consta da lista de devedores à Administração Fiscal / Segurança Social.

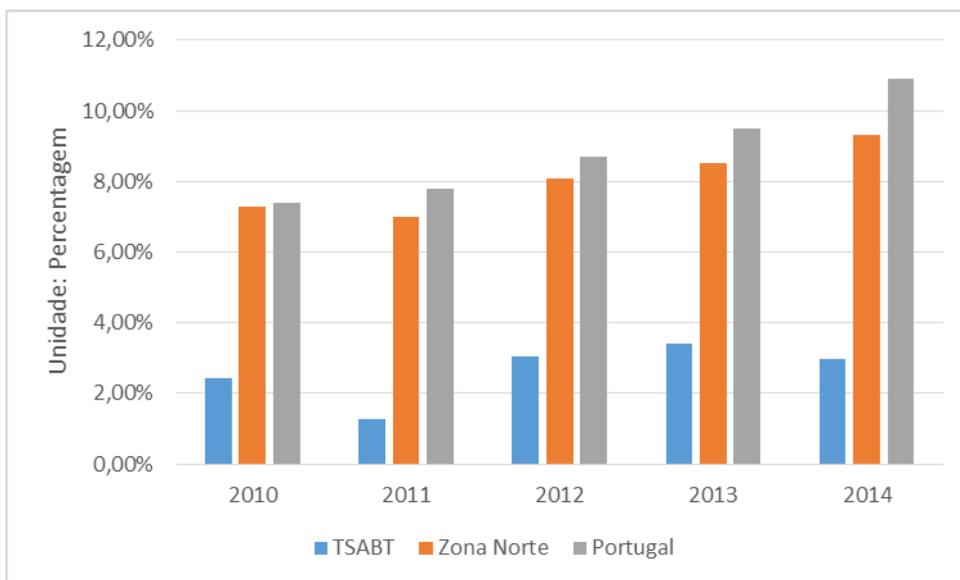
Imagem II.I (continuação)

<i>Mercados</i>					
<i>Exportação</i>					
	<i>Região</i>	<i>2013</i>		<i>2012</i>	
		<i>Valor</i>	<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
Prestações de Serviços	Mercado Comunitário	318.703	49,3%	471.544	78,9%
	Mercado Extra-Comunitário	44.181	6,8%	78.000	13,1%
	Mercado Interno	284.126	43,9%	47.792	8,0%
<i>Importação</i>					
	<i>Região</i>	<i>2013</i>		<i>2012</i>	
		<i>Valor</i>	<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>%</i>
Fornecimentos e Serviços Externos	Mercado Comunitário				
	Mercado Extra-Comunitário				
	Mercado Interno	401.048	100,0%	390.751	100,0%

Fonte: Ignios (2014) Relatório 360. Lisboa: Ignios Gestão de risco integrada.

Anexo III

Gráfico III.I - Rácio crédito vencido à habitação da T.S.A.B.T. face à zona Norte e a Portugal



Fonte: Elaboração própria com base em dados do BdP: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/>, acedido em 4 de Junho de 2015, e nos Relatórios de Contas da T.S.A.B.T

